



**ATA N.º 26/XI-2º/2014-15**

1 - Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e quinze, pelas 21H00, no Salão da Cooperativa de Consumo Piedense, sito na rua Cooperativa Piedense, nº 94, na Cova da Piedade, realizou-se a Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de abril, com a seguinte agenda:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia
- 3 - Período da Ordem do Dia
  - 3.1 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal
  - 3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato Programa com a ECALMA - Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação - E.M.”
  - 3.3 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre Áreas de Reabilitação Urbanas Simples:
    - 3.3.1 - “Área de Reabilitação de Almada”;
    - 3.3.2 - “Área de Reabilitação da Trafaria”.
  - 3.4 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre Documentos de Prestação de Contas:
    - 3.4.1 - “Relatório e Contas do Município, referente ao exercício de 2014”;
    - 3.4.2 - “Relatório de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, referente ao exercício de 2014”;
    - 3.4.3 - “Documentos da Consolidação de Contas do Grupo Autárquico referente ao exercício de 2014”.
  - 3.5 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre Revisão Orçamental:
    - 3.5.1 - “Primeira Revisão Orçamental do Município”;
    - 3.5.2 - “Primeira Revisão Orçamental dos SMAS”.
  - 3.6 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre designação de júris de concursos para provimento de titulares de cargos:
    - 3.6.1 - “Dirigentes nos SMAS”;
    - 3.6.2 - “Dirigente da Câmara Municipal de Almada, Diretor de Departamento”;
    - 3.6.3 - “Dirigente da Câmara Municipal de Almada, Chefe de Divisão”.



- 3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Declaração de Interesse Público Municipal na regularização do Ecocentro da Quinta da Matosa”.
- 3.8 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre “Contratos de Financiamento dos SMAS - Empréstimo Quadro - Banco Europeu de Investimento”.
- 2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr<sup>as</sup>. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.
- 3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.
- 3.1 - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:  
José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; José Gabriel Guiomar Joaquim; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d’Assis Beiramar Lopes Almeida; Manuel Domingos Rodrigues Baptista; Sérgio Cantante Faria de Bastos; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Alexandra Branco Ralo Barata Correia; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Teresa Paula de Sousa Coelho; José Ricardo Dias Martins, Luís Filipe Almeida Palma, António Abrantes de Almeida, Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva, Nuno de Avelar Pinheiro, Ana Catarina Ribas Lopes e Joana Rodrigues Mortágua.
- 4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:
- 4.1 - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação da Junta das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, em que para o efeito da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e devido a justo impedimento da Presidente do respetivo Órgão Autárquico, é substituída dos dias 28 e 29 de abril, nas Reuniões da



Assembleia Municipal pela eleita na Junta das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda, Senhora Ana Maria de Matos Sousa Vital Fonseca, (**Conforme Anexo I**).

4.2 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usou da palavra o Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor Firmiano Silva Fonseca - Núcleo Yoga Almada, residente em Almada.

5.1.1 - O Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor Firmiano Silva Fonseca:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Estou aqui para vos falar do Núcleo de Yoga de Almada que é uma Associação sem fins lucrativos, cujo objetivo é a divulgação do Yoga na sua vertente filosófica e física. Temos o reconhecimento da Câmara como entidade de utilidade autárquica, cujo esse documento nós iremos aproveitar para levar o pedido de utilidade pública ao Governo. Nós participamos frequentemente em eventos sociais e também da autarquia tal como o “Almada Mexe Comigo”, o “Almada Sénior”, levando assim às pessoas o conhecimento do que é o Yoga e a alteração deste paradigma que neste momento nos aflige a todos e que é tão simples como alterarmos uma palavra de três letras, a primeira letra em vez de ser “ter” ser “ser”. E portanto nós não temos o poder sobre as coisas mas somos parte de um todo. E isso altera muito a visão e a postura das pessoas em relação à Sociedade e esse é o nosso objetivo social. Temos estruturas em complexos autárquicos como também o Complexo Municipal do Feijó, Vale Milhaços, participamos também em eventos como por exemplo o Solar dos Zagallos ou quando foi a inauguração de Vale Figueira, ou da Casa da Cerca, portanto temos uma atividade muito próxima da autarquia e da população. No seguimento do “Almada Mexe Comigo” no qual participamos há vários anos, nós no período em que esse evento não está ativo, nós abrimos as instalações do NYA para que as pessoas uma vez por mês, possam vir até nós de uma forma gratuita fazer prática de Yoga. E isso tem havido uma adesão muito grande da população. Frequentamos constantemente e organizamos conferências na área que é uma área de modelação que também traz muitos proveitos em termos principalmente da população mais idosa que tem dificuldade em se mover e que nós através da meditação nós conseguimos melhorias substanciais na sua performance no aspeto mental.

Também estamos a promover eventos sobre a alimentação exatamente para alterarmos um pouco o formato que nós temos de alimentação, porque nós



consumimos muita proteína animal e temos que alterar também isso, porque nós somos no fundo também aquilo que comemos, aquilo que respiramos e aquilo que pensamos.

A autarquia através dos tempos tem vindo a criar estruturas que permitem à população uma maior participação e atividade na área de saúde e lazer. Mas essas autarquias sem a intervenção dos autarcas para lhes darmos vida não conseguem funcionar e como prova disso o Núcleo de Yoga de Almada que estava a participar no “Almada Mexe Comigo”, no Parque da Paz e que tínhamos uma maior visibilidade pedimos para passarmos para o Museu da Cidade exatamente para darmos vida a esse espaço que quanto a nós estava a ser pouco ativado. E assim passamos ao “Almada Mexe Comigo”, as atividades das aulas grátis de Yoga para o Museu da Cidade, aqui perto de nós.

Eu falo na primeira pessoa porque sou fruto de três gerações que nascemos e vivemos e fomos na Cova da Piedade, desde o meu avô, passando pelo meu pai e eu que nasci na Cova da Piedade e temos tido aulas em várias Associação como a SFUAP, o CRP, a Academia tentando levar ao máximo esse conhecimento para sensibilizar a população nesse sentido. Mas como tal, embora nós façamos isto com caráter social, nós temos alguma dificuldade porque estamos numas instalações privadas, temos que manter uma estrutura, e só para vos dar uma pequena ideia o custo que nós estamos a levar da mensalidade é metade daquele que é levado em Lisboa, e temos instrutores neste momento e toda uma máquina que é pesada e que nós precisaríamos de deslocar esses recursos para outras áreas que seriam mais proveitosas para todos nós. Em face a essa situação, até porque gostaríamos de trazer mais pessoas, pessoas que estão nessas áreas com créditos para divulgarmos muito mais essa prática do Yoga. E é nesse sentido que eu vim aqui falar convosco para vos sensibilizar para que todos nós possamos de uma forma conjunta atingir esses objetivos.

No fundo e para terminar, só para vos dizer que Yoga significa união e no caso específico será a união da autarquia com os autarcas em serviço da nossa comunidade.”

**5.2** - Usou da palavra o Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor José Manuel dos Santos Salvador, residente em Almada.

**5.2.1** - O Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor José Manuel dos Santos Salvador:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Eu trabalho no estrangeiro, eu venho aqui para Portugal de três em três meses, de quatro em quatro meses, passo sempre aqui meia dúzia de dias quando posso. Hoje vim a Almada, as coisas estão sempre a alterar, hoje vim a Almada e fui autuado na rua Lourenço Pires de Távora pela ECALMA. Portanto em que me dizem que é um parque para residentes. Toda a sinalização que está feita quer à entrada quer à saída, portanto aquilo é todo um complexo de residentes a sinalização não está em condições e depois tem, porque eu já fui à ECALMA apresentar reclamação e eles têm uns panfletos colocados pelas ruas fora a avisar realmente que o estacionamento é para residentes, só que põem num lado da estrada, não põem do outro. Quem não sabe chega ali estaciona o veículo do lado onde não existe nada disso e as pessoas são induzidas em erro e depois são coimas de sessenta euros, é uma vergonha, é um roubo, porque eu não sou criminoso, eu trabalho, eu não sou criminoso.

Outra coisa, se há parques para residentes em Almada, eu como cidadão do Concelho de Almada que moro no Laranjeiro, tenho em frente à minha casa uma coisa chamada Pavilhão Gimnodesportivo que sempre que há eventos quer eu, quer qualquer um dos meus filhos chegamos a andar ali uma ou duas horas na procura de estacionamento para estacionar o nosso veículo ao pé da nossa casa. Portanto, se há parques para residentes em Almada, também tem que haver parques para residentes no Laranjeiro, porque eu tenho os meus impostos em dia, eu não estou a dever nada a ninguém neste mundo. Portanto também tenho esse direito. Nem vou dizer mais nada, acho que ficou esclarecido que a situação não resulta assim. E nós estarmos a ser taxados com sessenta euros de multa, eu não sou criminoso, eu já escrevi para a Câmara de Almada várias vezes, nunca tive uma única resposta, nunca, nunca, nunca a Câmara de Almada me deu uma resposta. Eu acho isso vergonhoso, as pessoas ponham a mão na consciência. Porque eu como cidadão e como pagador de impostos eu mereço uma resposta das pessoas e da Câmara e nunca me deram. Eu fiz e apresentei no livro de reclamações da ECALMA uma carta para a Câmara de Almada, eu a escrever posso não ser muito bom, mas sei perfeitamente aquilo que digo. E fiz inclusivamente reclamação na própria ECALMA, porque as pessoas que me autuaram e tive depois oportunidade de falar com eles, eles próprios disseram, realmente o Sr. até tem razão, pois eu sei que tenho razão, porque se têm a publicidade de um lado da estrada e não têm do outro, quem não está habituado a vir a Almada, quem não conhece, qualquer um ali cai. Isto assim meus amigos, isto é só ganhar dinheiro. Com isto é só ganhar dinheiro. Na ECALMA também dizem que



sessenta euros é uma deliberação do Governo. Eu o que leio aqui nos papeis da ECALMA é que isto é uma empresa, Empresa Municipal de Circulação e Estacionamento de Almada, não diz que é do Governo, é uma Empresa Municipal de Almada. Portanto, sessenta euros é muito dinheiro meus Srs., a mim custa-me ganhar a vida, que eu tenho que abandonar a minha família toda para andar a ganhar a vida lá fora, porque aos quarenta e cinco anos de idade fiquei sem emprego no meu País, não por culpa própria, porque a empresa fechou e não me deram mais emprego em Portugal, por causa da minha idade. Aos quarenta e cinco anos de idade e desde então tenho andado a trabalhar no estrangeiro, estão a compreender?

Não é fácil isto. Peço imensa desculpa se fui mal educado, uma boa noite para todos.”

**5.3** - Usou da palavra o Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor José Manuel Baptista, residente na Charneca de Caparica.

**5.3.1** - O Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor José Manuel Baptista:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Da última vez que cá estive o que me trouxe cá foi exatamente uma situação de que eu paguei as infraestruturas do meu lote sito na rua de S. João, Lote 298 nas Quintinhas/Pinheirinho, à Associação de Proprietários, Moradores nas Quintinhas/Pinheirinho. Paguei perto de seis mil cento e cinquenta e seis euros se não estou em erro. Paguei, a Associação passou-me um recibo correspondente, envio para casa e eu enviei para a Câmara Municipal de Almada que está junto ao processo de legalização 73/89, aliás quero agradecer à Sr.<sup>a</sup> Vereadora Amélia Pardal e ao Sr. Arquiteto Veríssimo a gentiliza que tiveram em me receber no dia 19 de março deste ano e que efetivamente deu para esclarecer algumas coisas, senão todas, pelo menos algumas, ficaram a saber que a Sr.<sup>a</sup> certamente como não está há muitos anos como Vereadora da Câmara não sabia, e esse processo de infraestruturas das Quintinhas/Pinheirinho já data de 1993, o facto é que eu descobri várias situações de ilegalidade, irregularidade naquele processo ao longo dos anos, pedindo fotocópias à Câmara Municipal de Almada sobre a licença de obras, porque não há, não há licenciamento do loteamento naquela zona e está tudo ainda em prédios rústicos.

Sr.<sup>a</sup> Vereadora, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Almada, a 31 AJ; 32 AJ; o 33; 34; 39 e 40 AJ da Freguesia da Caparica atualmente Charneca da Caparica e Sobreda está em prédios rústicos e há centenas de construções naquela zona. Uma



já legalizada e outras por legalizar. Em 2002 a Câmara Municipal de Almada teve um... provisório do regulamento de água e dos esgotos, eu passo a descrever: “Aos nove dias do mês de janeiro de 2002, núcleo 26 dos lotes destacados nas Quintinhas, Freguesia da Charneca da Caparica... 648/90 compareceram os Srs. Engenheiros Vitor Manuel Viegas Martins, António José Gonçalves Afonso, Jorge Manuel Aleixo Chaves e a Dr.<sup>a</sup> Maria José Delgado Flores como representantes da Câmara Municipal de Almada e o Sr. José Francisco Pêra Ventura na qualidade de membro da Comissão de Proprietários do Núcleo acima referido. Acordaram os presentes considerar que as obras dos arruamentos, redes de água e esgotos do loteamento em causa que foram acompanhados na sua quase totalidade pelo fiscal, foram executados de acordo com o projeto aprovado então com condições de serem recebidos pelo Município de Almada. Não havendo mais nada a tratar foi este auto lido e assinado pelos intervenientes”. Quer dizer, as obras foram rececionadas provisoriamente, não se sabe porquê, porque deviam ser definitivamente em 2002. Agora, pasme-se esta situação, e muito bem a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Amélia Pardal que indeferiu em 2011 a receção definitiva das obras. E porquê? Porque há muitos lotes que não têm passeios, há travessas que não são travessas, não têm passeios, o alcatrão posto está mal feito, há uma série de consequências, há muitos lotes que ainda não têm passeios. Mas diz-se em 2002 que a obra estava conforme o projeto aprovado. Ora bem, não está. Não houve projeto de loteamento porque aquilo já estava em lotes destacados em m<sup>2</sup>, o IGAT até disse que era preciso fazer um projeto de loteamento, as pessoas para legalizarem as suas casas têm que efetivamente pagar à Associação, levar o recibozinho e depois pagar à Câmara a construção nova ou legalização das suas casas. O que se passa aqui, eu quero só ler aqui o acordo em relação ao meu assunto.

O acordo firmado em 1993 para execução de obras de infraestruturas diz assim:

“Acordo - Execução de obras de infraestruturas - Pinheirinho. 1<sup>a</sup> outorgante - Câmara Municipal de Almada, representada pela Presidente Sr.<sup>a</sup> D. Maria Emília de Sousa, no uso dos poderes conferidos pela deliberação camarária de 93.02.03. 2<sup>a</sup> outorgante - Associação de Proprietários moradores das Quintinhas/Pinheirinho (APMQP), representada pelos seus, Presidente, Secretário e Tesoureiro da Direção, com os poderes conferidos pela deliberação tomada em Assembleia de 91.03.25. A 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> outorgantes celebram, entre si, o presente Acordo nos termos e conforme as seguintes cláusulas. 1<sup>o</sup> - A 2<sup>a</sup> outorgante vai realizar as obras de infraestruturas nas





parcelas 31 AJ; 32 AJ; 33 AJ; 34 AJ; 39 AJ e 40 AJ nas Quintinhas/Pinheirinho, as quais identificam-se e estão discriminadas em anexo 1, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e constitui parte integrante do presente Acordo. 2º - A realização das obras será executada mediante prévia celebração de contrato de empreitada nos termos dos artigos 1207º e seguintes, do Código Civil, sendo o dono da obra a 2ª outorgante. 3º - A 1ª outorgante em sede de licenciamento de obras de construção, realizadas em lotes de terreno para construção constituídos mediante operação de destaque, e designados por “lotes destacados”, cobrou taxas previstas no R.T.T.L., para efeitos de comparticipação na execução das obras de infraestruturas. 4º - A 1ª outorgante obriga-se a participar no pagamento das obras de infraestruturas, previstas na cláusula 1ª, do presente Acordo no valor percentual de: Secção Cadastral 31 AJ - 27%; 32 AJ - 34%; 33 AJ - 34%; 34 AJ - 40%; 39 AJ - 21%; 40 AJ - 30%. 5ª - As obras de infraestruturas previstas neste Acordo serão executadas de forma faseada por secção cadastral e a 2ª outorgante obriga-se a submeter à apreciação da 1ª outorgante o contrato de empreitada antes da celebração do mesmo. 6º - O pagamento, previsto na Cláusula 4ª será rateado, diretamente ao empreiteiro com quem a 2ª outorgante celebrar o contrato de empreitada, e mediante prévia apresentação de outo de medição de trabalhos executados, realizado perante representante(s) das outorgantes. 7º - À 1ª outorgante assistirá o direito de fiscalizar a execução dos trabalhos respeitantes à empreitada, assim como terá o direito de emitir instruções para efeitos de correção de trabalhos mal ou deficientemente executados. 8º - A 2ª outorgante obriga-se a celebrar com a primeira outorgante, e esta com a segunda, obrigando-se a assegurar mutuamente a existência das condições técnicas para efetuar a fiscalização da execução da obra. 9º - A falta de cumprimento das cláusulas 5ª, 7ª e 8ª pela 2ª outorgante constitui fundamento de recusa de pagamento pela 1ª outorgante. 10º - A 2ª outorgante deverá cumprir os respetivos projetos de infraestruturas apresentados e aprovados pela 1ª outorgante. 11º - 1 - A primeira outorgante vincula-se ao cumprimento de obrigação de exigir o comprovativo do pagamento da quota parte das obras de infraestruturas a realizar pela Associação de Proprietários Moradores das Quintinhas/Pinheirinho. 2 - O cumprimento da obrigação considera-se satisfeito mediante apresentação da declaração da Associação de Proprietários Moradores das Quintinhas/Pinheirinho em como o requerente do licenciamento de obras de construção não tem débitos perante a mesma. Termos em





que celebram o presente Acordo, o qual consta de duas cópias devidamente assinadas pelas outorgantes. Almada 27 de março de 1993.”

Sr. Presidente, é para ver a responsabilidade daquela Associação que tinha a responsabilidade de executar as obras conforme estava no projeto e não as executou. Tanto não executou que a Câmara Municipal de Almada em 2011 indeferiu as obras definitivamente. Indeferiu e muito bem. E dizer efetivamente que a Câmara Municipal de Almada está a ser chantageada pela Associação que diz “então receberam provisoriamente e agora não querem receber definitivamente?”

Tenho aqui documentos que comprovam essa situação. A Câmara Municipal de Almada não pode estar a ser alvo de chantagem, de ameaças de uma Associação privada que efetivamente não fez as obras como deve ser. E a Sr.<sup>a</sup> Vereadora e se calhar alguns técnicos, que tenho aqui documentação também disseram, as obras não estão de acordo, os passeios têm 30 centímetros, 40 centímetros com construção já legalizada e ninguém viu isto, e é preciso que alguém veja esta situação.

Eu amanhã trarei alguns documentos entregarei às bancadas dos Partidos porque eu estou a falar a verdade. Aliás há lotes a mais.”

**5.4 - Usou da palavra o Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor Belmiro Rodrigues Alexandre, residente em Almada.**

**5.4.1 - O Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor Belmiro Rodrigues Alexandre:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O que me traz aqui é o pedido, penso que há unanimidade quanto aos Julgados de Paz, só não sei se a Deputada do PAN de facto também concorda com os Julgados de Paz. É uma boa iniciativa e que já era tempo de termos instalados em Almada o Julgado de Paz. Há uns dez anos vieram um conjunto de cidadãos governantes muito seletos acompanhados dos seus motoristas, certamente com as suas ajudas de custo e estiveram reunidos no Fórum Romeu Correia e criaram a esperança de que teríamos em breve os Julgados de Paz. Mais tarde o Departamento de Defesa do Consumidor da Câmara Municipal, em boa hora trouxe a Juíza do Julgado de Paz do Seixal à sala Pablo Neruda e mais uma vez se confirmava de que havia vontade política da parte da Câmara Municipal de instalar os Julgados de Paz. O que é certo é que chagados aqui os conflitos, principalmente nos condomínios e tendo sido alargado a competência desses Julgados de Paz de cinco mil euros para quinze mil euros, os conflitos continuam a ser muitos nos condomínios, por isso é que a média burguesia muitas vezes deseja ter uma casa autónoma sem ter relacionamentos com



os condomínios, isso é um sonho que muitos conseguiram realizar. Mas de facto chegados aqui não temos Julgados de Paz. Hoje de manhã encontrei uma petição online e subscrevi-a a pedir o Julgado de Paz para Almada. Não procurei saber de que Partido Político é que ela surgia, pareceu-me provavelmente seria do Sr. Deputado Nuno Matias, não sei se era ou se não era, quem estava a ser o dinamizador dessa petição. Seja ou não seja, qualquer que seja a força política, porque é uma questão de unanimidade de todas as pessoas, já era tempo de termos, à semelhança do Seixal, de Setúbal, de Lisboa e do Porto, porque nós também não queremos ser só a outra banda, queremos ter participação na resolução da conflitualidade. De facto a Câmara Municipal e o Sr. Presidente da Assembleia na resolução da conflitualidade que está sempre latente como o Sr. verificou ainda há pouco tem tido um papel importante, mas temos que fazer mais e temos que ter consciência que nos condomínios há muita conflitualidade. Portanto, é preciso dar mais passos e haver consenso e haver uma verba, porque a troika não impôs que houvesse Tribunal Arbitral e Julgado de Paz com o valor de sentença para que os conflitos tivessem solução, mas se calhar não teria sido má ideia ter começado a reforma administrativa que nunca chegou a fazer, nesse aspeto, por ai, porque parece-se que só ter um terço do País, ter Julgados de Paz e os restantes dois terços não terem, é criar uma diferença principalmente para aquelas regiões que a reclamam. Aqui de facto em Almada há muitos condomínios e portanto há muita conflitualidade, principalmente nesta altura que há pessoas em crise.”

**5.5** - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, os Srs. Vereadores Rui Jorge Martins e Maria Amélia Pardal, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

**5.5.1** - O Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Algumas palavras colocadas pelo Sr. José Manuel Salvador e sobre a questão da coima que foi alvo, vindo poucas vezes a Almada e não tendo conhecimento exatamente desta sinalização. Existe uma regulamentação de estacionamento e trânsito, sobre estacionamento no Concelho de Almada em que define as zonas as que são de estacionamento para residentes e as zonas que são tarifadas e as zonas que são de acesso livre. A rua Lourenço Pires de Távora é de facto uma zona que



está considerada como zona de residentes, tem uma sinalização de início e de fim de zona, a portaria que define este tipo de sinalização é uma portaria também do Código da Estrada, que é uma regulamentação de sinalização de trânsito que é o Decreto-Lei regulamentado 22-A/98, portanto é uma regulamentação em relação à sinalização de trânsito que entendemos aqui, entendeu o Município, entendeu nomeadamente a ECALMA que era pouco perceptível para quem entrava naquelas zonas e de facto para tornar mais perceptível e para que não acontecessem situações como a que aconteceu hoje com o Sr. José Manuel Salvador, foram colocadas placas informativas ao longo de todo aquele percurso, não sendo desnecessário do ponto de vista do Código da Estrada. Não é necessário, basta a sinalização de início de zona de residentes e uma sinalização de fim de zona para residentes. Durante esse percurso e estando numa zona de residentes, não é possível estacionar outro tipo de viaturas, mas como as soluções que colocou eram repetidas, houve uma sinalização que não é do Código da Estrada, não é nada, é uma sinalização informativa a dizer residentes para fixar, para vincar, esta ideia. Existe Regulamento de estacionamento em que foi permitido que em zonas de residentes se pudesse estacionar desde que existisse um título de estacionamento pré-comprado, ou seja, na altura falámos das raspadinhas e foi bastante divulgada esta ideia, com título pré-comprado poderá ser feito o estacionamento nas zonas que até ai eram exclusivas para residentes, foi uma alteração que foi introduzida ao Regulamento de estacionamento e portanto pode ser também evitada a coima pelo estacionamento numa zona desta natureza. Sobre as taxas das coimas, elas são fixadas pelo nº 2, do artº 50, do Código da Estrada, que é o Decreto-Lei 114/94 e foram fixadas as taxas, este valor das taxas na Portaria 1424/2001, portanto são portarias do Governo, não são portarias municipais, que a ECALMA, uma Polícia Municipal, a PSP, a GNR qualquer força que tenha condição de aplicação de coimas do Código da Estrada aplica das mesma forma em qualquer ponto do território nacional, portanto não é uma decisão da ECALMA ou de uma Empresa Municipal desta natureza em qualquer zona do País. As coimas fixadas por portaria do Código da Estrada e que são fixadas por decisão governamental.”

#### **5.5.2 - O Presidente da Assembleia Municipal:**

“Srs. Deputados Municipais;

Eu peço desculpa, mas há uma afirmação do Sr. Município que eu penso que deve ser considerada. A informação do Sr. Município é que foi reclamar aos serviços e os serviços informaram que ele tinha razão na contestação que ele estava a ter.”



**5.5.3** - O Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sobre a questão que o Sr. Munícipe coloca de que foi dito que ele tinha razão que é o valor exagerado das coimas da estrada, como aqui foi evidenciado por aquilo que disse e por aquilo que aqui afirmou, este valor dos sessenta euros que o Sr. pagou e os cento e cinquenta que pagaria se eventualmente tivesse tido reboque e bloqueio, são decisões que decorrem de decisões governamentais e decisões contra as quais obviamente eu enquanto Presidente de uma empresa desta natureza estou contra, nomeadamente numa altura em que os portugueses estão carregadíssimos com impostos, com situações desta natureza. Obviamente que tem toda a razão em reclamar um valor tão exagerado por simplesmente ter o carro mal estacionado, simplesmente numa zona que está reservada a outro tipo de utilizador. Obviamente que sim, acho que a resposta que lhe foi dada foi justa, foi correta, estes valores deveriam ser alterados para os valores sensivelmente metade destes que atualmente tem. Quem pagava setenta euros por um reboque, neste momento paga cento e vinte, cento e cinquenta, conforme as situações. Obviamente é uma situação que precisaria de ser alterada e que se existisse vontade política por parte do Governo para o fazer deveria ser alterada. Tem toda a razão.”

**5.5.4** - A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Maria Amélia Pardal, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sobre as questões colocadas pelo Sr. Baptista, tentar ser breve, responder em três ou quatro pontos.

As questões das Quintinha/Pinheirinho trata-se de uma área urbana de génese ilegal, foi feito o primeiro contrato de urbanização antes da Lei das AUGIS para reconversão deste território pela Câmara e pelos Proprietários, o que foi um processo inovador na altura e que é um processo longo, complexo e que tem obviamente aspetos mais positivos e menos positivos. Dizer como o Sr. Baptista referiu, de facto em 2011 foi indeferida a receção definitiva das obras por coisas mal feitas e por aspetos não concluídos nas obras. Dar nota do seguinte, foi feita depois da reunião que o Sr. Baptista referiu em que o recebemos, foi feita dois dias depois uma reunião com a Comissão de Proprietários e foram colocadas à Comissão um conjunto de questões também sobre esta matéria e portanto estão ou irão decorrer um conjunto de



intervenções nesta zona, no sentido de se virem a concretizar estas obras, receber definitivamente as obras de urbanização.

Mas a questão que trouxe o Sr. Baptista à última Assembleia Municipal foi a questão da legalização da sua habitação e aquilo que fizemos em seguida foi tentar perceber com o Sr. Baptista, depois com a Comissão e com os serviços o processo, como estava o processo e neste momento, e este parece-me um aspeto importante, quer o Sr. Baptista, quer outros proprietários têm condições muito rapidamente de legalizar as suas casas, exatamente porque a Comissão confirmou o pagamento de tudo o que havia a pagar por parte dos proprietários. Nesse sentido o problema colocado na outra Assembleia está resolvido. Portanto, há condições como o Sr. Baptista sabe, neste momento de proceder ao processo de legalização da sua habitação e este parece-me o aspeto neste momento mais relevante, quer do Sr. Baptista, quer de outros coproprietários. O outro aspeto é o facto das obras de urbanização e que serão obviamente recebidas e será definida a sua receção quando estiverem conforme aquilo que está previsto no processo de obras, portanto não há aqui nenhuma questão.

A última questão. O pagamento de lotes, naturalmente que a Câmara Municipal tem que salvaguardar aquilo que é o interesse público e portanto o dinheiro que deu entrada na Câmara de lotes pagos correspondeu depois áquilo que foi a contribuição, da Câmara, financeira para as obras. Neste momento nós temos os dados de quais foram os lotes e quantos lotes pagaram à Câmara Municipal.”

**5.5.5 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só mais dois apontamentos em relação à questão do Sr. Manuel Salvador. Naturalmente que se irão apurar as razões da reclamação e será informado daquilo que se venha a apurar. Agradecia que pudesse informar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal das cartas que foram enviadas à Câmara Municipal, das datas e a quem foram dirigidas se for possível, para podermos apurar das responsabilidades, porque é nosso dever respondermos a todas as questões que sejam colocadas ao Município e designadamente à Câmara e ao Presidente da Câmara, se puder pode utilizar o contato do Sr. Presidente da Assembleia Municipal para nos fazer chegar a sua reclamação e poder ser acompanhada naturalmente, porque é missão desta Assembleia fiscalizar os atos da Câmara e portanto pode naturalmente utilizar a Mesa para esse fim.



Em relação à questão dos processos de legalização, é nosso interesse apurar todas as matérias que se prendam com as obras e os processos de legalização, naturalmente é nosso propósito levar tão longe quanto possível tudo aquilo que se possa apurar, conhecendo que é possível a existência de irregularidades, ilegalidades, mas temos todo o interesse em esclarecer o que haja e portanto agradecidos. E as informações que nos façam chegar independentemente desta reunião ou de outras circunstâncias com certeza que são úteis para podermos melhorar o nosso trabalho. Em relação à questão dos Julgados de Paz é à situação atual. Aquilo que sabemos é que todos esse processo dos Julgados de Paz foi entretanto travado e não está em curso, é nosso interesse de há muito que ele exista no nosso Município e naturalmente só temos vantagens, os munícipes só têm vantagens com a instalação dos Julgados de Paz, enfim a sua iniciativa, assim como dos Munícipes que começaram com um abaixo-assinado com certeza que é bem acolhida e seremos solidários com ela.

Em relação ao nosso Núcleo de Yoga de Almada. Há que reconhecer o papel meritório que tem desempenhado de acordo com o estatuto da entidade de utilidade municipal que já lhe foi reconhecido. Saudamos também a vossa iniciativa no sentido de levar mais longe este reconhecimento e com certeza que somos solidários e parceiros em muitas iniciativas e com certeza podem contar connosco para aquilo que seja necessário, dado também o papel que podem desempenhar quer na promoção da saúde humana, quer no que respeita também ao bem estar e à coesão social no nosso Município, portanto os nossos agradecimentos pelo vosso trabalho.”

**6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.**

**6.1 - Para proferirem declarações políticas, usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Nuno Avelar Pinheiro e Alexandra Correia.**

**6.1.1 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Avelar Pinheiro (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Declaração:

Por ocasião da quinzena da juventude realizada entre 14 e 29 de Março, a Câmara Municipal de Almada organizou uma exposição e um pequeno filme sobre o Movimento Associativo Estudantil, com uma abrangência cronológica dos anos 60 aos anos 90.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Quando se comemora a passagem de 41 anos sobre o 25 de Abril, não será demais relembrar o papel do movimento estudantil na resistência e o seu contributo para a queda da ditadura, e na vida democrática.

A intenção de dar a conhecer o passado do movimento associativo é sem dúvida louvável, especialmente tendo em conta a fraca participação da juventude atual na coisa pública.

Se a pobreza na conceção da exposição era evidente, mais lamentável foi o esquecimento votado ao que se passou neste movimento associativo em Almada e que vai das prisões e impedimento de inscrição na Universidade em 1962 e 1964: Henrique Montelobo e Luís Bagulho (genro de Ramiro Ferrão que dá o nome a uma rua de Almada); Fernando Bagulho e João Sentieiro (cientista de renome internacional que viria a ser presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia), às prisões de Dezembro de 1973, em que dos 160 presos, 16 eram estudantes de Almada.

É estranho que se esqueça que, no período imediatamente anterior ao 25 de Abril, existia uma importante atividade associativa clandestina, no Liceu de Almada, Emídio Navarro e Anselmo de Andrade, envolvendo muitas centenas de estudantes.

Não se compreende que se esqueça o período imediatamente posterior ao 25 de Abril, em que as greves dos estudantes contribuíram decisivamente para as alterações que se seguiram na educação, para acabar com os vestígios do Estado Novo, e que, em Almada, a ocupação do Seminário foi um acontecimento de importância nacional, precedendo, por exemplo, as ocupações de terras no Alentejo.

Poderíamos continuar com as omissões que se prolongam a anos mais recentes, sem que para tal haja uma justificação, uma vez que, havendo vontade, não seria difícil encontrar informação relevante sobre o assunto.

É possível que não tenham sido dadas condições as condições necessárias para quem realizou a exposição, porém é mais plausível interpretar esta exposição e as suas omissões, como propaganda de uma tendência, de um dos partidos que teve intervenção no movimento associativo (embora nas escolas de Almada só posteriormente ao 25 de Abril), e isso não é aceitável numa exposição promovida por uma autarquia e paga com o dinheiro de todos.

Uma iniciativa que tinha intenções louváveis acabou, com a tentativa de omitir, deturpar e reescrever a história, por ser um mau serviço à juventude, ao movimento associativo e sobretudo a um concelho que deve ter orgulho na parte do seu passado que esta exposição pretendeu apagar.”





**6.1.2 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Alexandra Correia (PAN):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Este texto que eu vou ler seria inicialmente a Moção que eu não apresentei pois não é da responsabilidade da Assembleia Municipal mas sim das Assembleias de Freguesia, pelo que eu decidi torna-la numa intervenção dando conhecimento a todos e deixar à consideração.

Redução e Uniformização de Taxas de registo e licenciamento para canídeos e gatídios.

O quadro legislativo português prevê um conjunto de deveres aos denominados “detentores” de “animais de companhia”. Um desses deveres passa pelo registo e licenciamento, a efetuar anualmente na junta de freguesia da área de domicílio do “detentor”.

Num contexto em que grande parte da população portuguesa continua a viver em sérias dificuldades económicas, com particular destaque para a população idosa que tem muitas vezes por única companhia um Cão ou um Gato, consideramos exageradas as taxas cobradas pelas Juntas de Freguesia para o cumprimento desta obrigação legal.

Entendemos também que a discrepância de valores praticados apoiados numa distinção consoante a categoria do Animal (entre 12,60€ e 16,50€), carece de razoabilidade, pois trata-se de um ato administrativo uniforme.

Face às razões expostas, e por considerarmos estar em causa o tratamento equitativo das populações e dos seus Animais e a atenção às suas carências económicas e sociais.

Pelo que a Assembleia Municipal de Almada recomendaria à Câmara Municipal de Almada, a uniformização e redução das Taxas para obtenção de Registo e Licença de Canídeos e Gatídeos, quer ao nível das diversas categorias de Animais, quer no que se refere às freguesias onde os mesmos são alvo de registo.”

**6.2 - Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal, (Conforme Anexo II).**

**6.2.1 - Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para apresentação do documento.**

**6.2.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Foi distribuído em devido tempo o Relatório da Informação da Atividade Municipal, portanto estamos à disposição dos Srs. Deputados Municipais em relação às questões que queiram colocar.”

**6.2.2** - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Nuno Matias, Maria Odete Alexandra, Carlos Guedes, Pedro Matias, Maria D’Assis, Vanda Silva, o Sr. Vereador Rui Jorge Martins, o Sr. Vereador António Matos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

**6.2.2.1** - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente, algumas questões, umas que estão retratadas no Relatório, outras que pensamos nós era importante tentar perceber o ponto da situação. A primeira tem a ver com uma Moção que foi aprovada na última sessão desta Assembleia em relação à questão do Boletim Municipal. Nós sabemos qual foi a posição da maioria, da maioria CDU no Executivo, mas sabemos que foi uma Moção aprovada nesta Assembleia. E a pergunta é muito simples, é o que é que entretanto foi pensado pelo Executivo em relação àquilo que foi uma deliberação desta Assembleia em relação à utilização do órgão de informação Boletim Municipal, bem como do site municipal, mas sobretudo era a questão do Boletim em relação à divulgação das atividades autárquicas dos representantes eleitos não só no Executivo, mas também nesta Assembleia.

Uma segunda questão diz respeito a uma situação que nós reportamos na última reunião e que desde então não houve evolução, mas sobretudo era para nós termos a perceção se houve alguma diligência do Executivo em relação a um conjunto de entulhos que perto do Jardim Urbano naquela área que estaria prevista uma requalificação do ponto de vista de habitação, perto do Jardim Urbano na Costa da Caparica. Se há alguma novidade do ponto de vista do levantamento que tinha sido efetuado, alguma intervenção que esteja a ser pensada, porque estamos a receber algumas queixas de moradores que é uma situação que se tem vindo a agravar, há realmente acesso por parceiros àquele espaço e realmente não está vedado de forma eficaz, e portanto deixávamos mais uma vez esta preocupação para tentar saber se houve alguma evolução em relação a essa matéria.

Outra questão que nos tem sido bastante reportado por cidadãos é a questão da sinalização vertical. Nós sabemos que a Câmara tem tido alguma atenção em relação a esta matéria, tem procurado corrigir algumas situações, mas as grandes questões



que nos têm feito chegar diz respeito a áreas não urbanas, nomeadamente na questão da Charneca, da Sobreda. E no caso da Charneca há uma situação curiosa que apesar de nós sabermos que às vezes a Herdade da Aroeira se pensa que é um território com regras distintas, mas não é, não é um condomínio fechado no termo absoluto em que as pessoas às vezes poderiam pensar que seria, mas uma das questões que nos tem sido feito chegar não só na sinalização vertical junto à Herdade ao longo da Avenida do Mar e nalgumas artérias circundantes, mas dentro da Herdade supostamente há um tipo de sinalização vertical e rodoviária que não é exatamente igual, seja nas dimensões, seja na tipologia que é praticado no restante território. Ora, pensamos nós, sendo a Herdade da Aroeira uma parte integrante do Concelho de Almada, era necessário tentar perceber o porquê de haver esta não concordância de tipologia de sinalização vertical em relação à ordenação do espaço público. Mas para além desta questão tentar perceber a situação por todo o Concelho em relação à sinalização vertical.

Outra questão que a nós nos diz muito, que é a questão da eficiência energética e que no Relatório da Informação Municipal, na página 31 é apresentado um conjunto de diligências de investimentos que foram concretizados no âmbito do Plano Diretor de Iluminação Pública que nós saudamos, são intervenções estruturantes do ponto de vista da criação de um padrão energético mais eficiente e certamente do ponto de vista da fatura mais racional, mas essa é realmente a questão que eu também gostaria de deixar em nome do PSD, é que certamente já há alguma medição de consequência do ponto de vista do balanço energético e da fatura associada, nestas zonas onde houve intervenção, qual foi o grau de poupança do ponto de vista de consumo logo do custo associado. Porque é importante perceber que há realmente um custo do ponto de vista do investimento que é feito pela autarquia, há certamente depois um retorno seja ao nível do consumo da eficiência energética associada e da fatura e era importante se houver esses dados e se não for hoje porque nós percebemos que possa não ter aí presente ou facilmente identificável, se nos puder depois fazer chegar essa informação.

Uma última questão que diz muito também ao PSD e que neste Relatório que eu confesso que vi na diagonal e portanto pode resultar de alguma imprecisão minha na leitura do documento. Mas era importante tentar perceber no período que decorreu desde a última Assembleia, apesar de na última também não ter havido essa informação factual, era importante tentar perceber se houve ou não concretização de



investimentos do ponto de vista de criação de novas empresas e de criação de emprego no Concelho de Almada. Neste período, se houve intervenção da autarquia através do GACECI ou de outra forma, como reuniões com potenciais investidores, penso que é interessante e deveria constar do Relatório já o temos dito várias vezes que essa informação estivesse sistematizada para percebermos qual é a evolução também a esse nível de um sector de um conjunto de estruturas, neste caso empresariais que podem ser a razão de crescimento da riqueza no Concelho que vai ter repercussão certamente na capacidade de atuação do Executivo Municipal e portanto se houver oportunidade de nos dar essa informação penso que seria útil.”

**6.2.2.2 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Maria Odete Alexandre (Ind.):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Um dos grandes objetivos deste Executivo está no turismo, não é verdade?

Mas parece-me a mim que o turismo está a ser um bocadinho mal tratado. Ora senão vejamos. Fizeram uma intervenção na rua que vem do Cristo Rei para a Avenida, e continuamos a ter o mesmo problema, os autocarros continuam a bater no passeio onde circula o Metro Sul do Tejo. Portanto, quando fizeram aquela intervenção depois do nosso alerta, penso que deveriam ter sido um pouco mais cuidadosos. Os autocarros continuam, eu vi ainda há poucos dias, já depois das obras um autocarro a bater por baixo no lambrim do MST, sobe-se o pavimento da estrada. Quando Maomé não vai à montanha, vai a montanha a Maomé. Subimos o piso da estrada e imediatamente se resolve este problema. Penso que é uma questão razoável.

Depois uma outra questão. Os horários dos Equipamentos Culturais, nomeadamente a Casa da Cerca. Muitos como eu receberam visitas no período da Páscoa, eu sei que o período da Atividade Municipal respeita a janeiro e fevereiro, mas eu não podia deixar passar esta oportunidade de falar neste assunto. Vamos mostrar a Boca do Vento, vamos mostrar a Casa da Cerca e encontramos a Casa da Cerca fechada. Eu sei que os funcionários têm os seus direitos, não tenho dúvida disso, mas também sei que há pessoas de boa vontade e que sendo compensadas com dias de férias por terem trabalhado num dia feriado poderiam eventualmente ter os Equipamentos abertos, é uma questão de perguntar às pessoas se estariam disponíveis ou não para essa finalidade. E isso fomentaria, porque eu vi pessoas que foram lá e que voltaram para trás, depois de terem subido aquela rampa que é um bocadinho íngreme, custa um bocadinho a subir, nomeadamente a quem já tem alguns problemas de mobilidade



e é muito desagradável chegar e encontrar as portas fechadas. E depois voltamos ao piso das ruas e dos passeios. Almada continua de facto a bater o record dos buracos. Na última Assembleia Municipal eu pedi ao Sr. Presidente da Câmara que tivesse em consideração a rua Carvalho Freirinha que a minha vizinha Irlandesa costuma dizer que é a Índia e a Índia está pior agora Sr. Presidente, a Índia piorou bastante. A rua Carvalho Freirinha tem neste momento, tinha um buraco do lado direito quando descíamos e agora já tem também do lado esquerdo, conclusão já não conseguimos fugir do buraco do lado direito, já temos que meter as rodas do carro uma num lado e outra no outro, já não há outra hipótese. Portanto, estas intervenções que diz aqui o nosso Relatório, foram cento e cinquenta intervenções que foram feitas, nenhuma delas foi feita naquela zona, porque é uma zona muito passeada pelos nossos turistas, eles chegam a Cacilhas e julgam que subindo aquela rua chegam ao Cristo Rei, portanto aqueles buracos todos são pisados por muitos turistas.

Ainda no âmbito do turismo eu gostaria que a Câmara pudesse ter alguma compreensão por estas situações que eu referi.”

**6.2.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós gostaríamos de aproveitar este espaço para trazer novamente a esta Assembleia e à atenção do Executivo aqui presente uma situação que acontece já há vários anos na Cova da Piedade.

Existe no final da rua Tenente Valadim quase a chegar à rua Manuel José Gomes onde fica o que nós conhecemos pelo Caramujo, um portão aberto que dá para uma propriedade que está abandonada e em decadência e que tem no seu interior três buracos, que são três poços a céu aberto, onde cabe perfeitamente um adulto, dois adultos, portanto se falarmos de crianças então facilmente imaginamos o perigo que ali está. Isto já foi trazido a esta Assembleia por este Grupo Municipal no anterior mandato, anexamos fotografias à ata, desta situação, já foi trazido novamente no início deste mandato, nós voltamos a trazer não porque estamos na Cova da Piedade, mas porque é uma situação evidente de perigo, eu passei por lá esta semana, o mato que lá se encontra dentro, já atinge uma altura que chega a meio do corpo de um adulto, portanto os buracos que ali estão, estão completamente tapados à vista, mas não deixam de existir, é uma situação de perigo e que merece pelo menos a



intervenção da autarquia no sentido de fechar aquele portão por forma a impedir a entrada de crianças ou de quem quer que seja para aquela zona.

Nós recebemos por parte de alguns Múncipes, mas recebemos nomeadamente de um Múncipe um e-mail, queixando-se para as alterações no estacionamento nas ruas D. João de Portugal e rua Carvalho Serra, chamando ainda este Múncipe atenção para eventuais alterações que poderiam verificar-se na rua José Fontana. Também nos deslocámos ao local como é natural e aquilo que verificámos é que foram colocados aqueles ferros a impedir o estacionamento, num dos casos, num dos lados da rua, mas em certas zonas nos dois lados da rua, provavelmente porque se encontram numa zona de curva. Aquilo que nós gostaríamos de saber é, foram os moradores daquela zona consultados, foram tidos nas alterações que se verificaram entretanto ao estacionamento? Se foram de que forma e se o Executivo entende que as alterações são de facto as necessárias e se não havia outra forma de resolver o problema. Por último gostaríamos de chamar atenção, bem sabemos que a questão dos Mercados já foi bastante discutida nesta Assembleia na noite de ontem, mas nós não queremos deixar de referir que aquilo que nos parece que é a existência de duas realidades no Concelho. Há uma realidade no que respeita aos Mercados que mantém alguma vitalidade, mantém movimento, as pessoas continuam a procura-los e há outra realidade em que parecem votados ao abandono sem comerciantes de um lado e sem naturalmente clientes ou múnicipes do outro lado. Eu penso que, não querendo que a discussão seja feita hoje aqui nesta Assembleia, queria levantar a questão se é entendimento deste Executivo que os Regulamentos existentes nos Mercados Municipais facilitam o acesso a quem pretende desenvolver a sua atividade económica nesses Mercados e por outro lado isto para a Assembleia se não merecerão os Mercados ser alvo de uma maior atenção pela nossa parte, sendo suscitado ao nível da respetiva Comissão uma discussão mais aprofundada sobre esta matéria.”

**6.2.2.4 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente da Câmara, gostaria que me esclarecesse uma questão que me parece pertinente, já foi aqui trazido e já foi aqui trazido noutras sessões, que tem a ver o Plano de Mobilidade. O Plano de Mobilidade foi um nado morto há uns anos atrás, portanto o anterior Executivo e o atual continuam-no ligado à máquina, e nenhuma alteração ao Plano de Mobilidade em Almada. E hoje tivemos aqui dois exemplos daquilo que são erros que são provocados pelo próprio Plano de Mobilidade que tem



a ver com a atuação da ECALMA em determinados sítios, tem a ver com a questão que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Odete Alexandre aqui trouxe relativamente ao Cristo Rei, continuamos com o acesso agora da avenida que foi aberto, mas continuamos com a questão daquela curva que ainda esta semana a avenida foi cortada durante mais de uma hora, um autocarro de matrícula espanhola ficou lá pendurado, a polícia teve que cortar a avenida, o homem não conseguia sair nem direito à Ponte, nem andar para trás, porque ficou ali pendurado de um lado e de outro, portanto continuamos com aquela curva. Foi aprovado aqui nesta Assembleia uma deliberação em dezembro de 2013, o Sr. Presidente até tem vindo um pouco a minimizar essa situação mas penso que já é tempo de resolver o problema de uma vez por todas, ou então começamos só aqui a votar as datas das Moções, não vale a pena ter aqui algumas deliberações. Relativamente ao caso concreto do Plano de Mobilidade, era importante que de uma vez por todas o Município e o Sr. Presidente da Câmara que tem essa obrigação e o Vereador que também têm essa competência que conseguíssemos construir um verdadeiro Plano de Mobilidade para a cidade. Ouvindo os comerciantes, ouvindo os Munícipes, ouvindo quem transita dentro da cidade, porque este atual, desde o início que é um nado morto, Nunca existiu. Na zona histórica da cidade foi alterado ao fim de 15 dias, gastou-se quinhentos mil euros naquele Plano de Mobilidade, um estudo feito por uma empresa Suíça e ao fim de 15 dias alterou-se tudo. E desde 2007 ou 2008 continuamos na mesma. Chegou a altura de o Município de uma vez por todas agarrar esta questão e resolver.”

**6.2.2.5 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Maria D’Assis (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu queria aqui colocar duas questões, gostava de facto que me esclarecessem, uma delas tem a ver com o PAC - Projeto de Ação Cultural que aqui no Relatório de Atividades diz que foram realizadas as candidaturas para as escolas e para as instituições. No Relatório também se refere relativamente a um ano letivo 2014-2015, posso estar equivocada, agora relativamente às instituições particulares de solidariedade social, pela primeira vez em muitos anos não foi aberta nenhuma candidatura. Portanto, deve haver alguma imprecisão na medida em que para o ano letivo 2014-2015 não se realizaram candidaturas para a áreas das instituições particulares, pode ter havido para as escolas, mas de facto aqui pode haver alguma imprecisão. E é pena na medida em que é um projeto extremamente interessante, que é complementar um pouco aos currículos, portanto ao plano pedagógico de várias





instituições e de facto este ano fomos sempre tendo conhecimento que estava atrasado, mas nunca se chegaram a abrir as candidaturas e portanto a reforçar que de facto há aqui uma imprecisão.

Por outro lado, outro aspeto que eu gostaria aqui de levantar tem a ver com o transporte adaptado, o transporte para crianças com mobilidade reduzida, de facto a autarquia tem um protocolo com a APPACDM e penso que o protocolo em termos financeiros nem é tão pouco como isso, o que é certo é que eu quero aqui levantar uma questão, todas as vezes que a viatura está avariada e este ano já esteve avariada quase três semanas, o que acontece é que os alunos não são transportados para as escolas. Numa situação que conheço, a criança até tem, é um miúdo com grandes problemas, o hospital deslocava uma fisioterapeuta para fazer os tratamentos na escola e o miúdo não era transportado, isso é incompatível, que estando a viatura avariada os miúdos deixem de frequentar a escola, portanto são miúdos alguns com situações bastante vulneráveis e era o aspeto que eu gostaria aqui de levantar e que se tentasse remediar ou resolver a situação em termos de futuro.”

**6.2.2.6** - O Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sobre as questões do Jardim Urbano da Costa, dos entulhos, que foram colocadas pelo Sr. Deputado Nuno Matias. Convém frisar que aquele terreno não é pelo menos por enquanto do Município, da Câmara Municipal. Já tivemos intervenções de limpeza, desmatação e de vedação daquela propriedade, não tivemos de facto remoção de entulho, já tivemos também desratização creio eu. Já nos roubaram as vedações duas ou três vezes, admito que neste momento esteja sem vedação, não conheço e tomei nota também da questão que o Sr. Deputado aqui coloca no sentido de perceber se estará novamente assim e nesse sentido termos que voltar a repor aquela vedação.

Sobre a intervenção na rua do Cristo Rei que foi também levantada por dois Srs. Deputados. Esta intervenção foi para no imediato cumprir aquilo que tinha sido a decisão da Assembleia Municipal, e de facto já foi aqui referido com um atraso grande. Em relação à monitorização do Plano de Mobilidade, já tinha sido feito anteriormente e algumas questões tinham sido levantadas no sentido de serem alteradas e uma delas era a entrada para a avenida do Cristo Rei. Fez-se uma intervenção no imediato que foi só do lado direito do acesso à avenida do Cristo Rei, ou seja, só a entrada, não se mexeu na saída e o problema que existia continua a



existir porque não se mexeu de todo na zona de saída. Ir-se-á mexer na intervenção que será completada com uma intervenção que vai haver ao Mercado das Torcatas e terá dependente também de uma articulação com os próprios SMAS no sentido de mudanças da canalização de um conjunto de intervenções que têm que existir no subsolo. E é na sequência disso que depois será completada aquela intervenção. No imediato aquilo que foi, foi para cumprir a decisão da inexistência de uma entrada na avenida do Cristo Rei, foi esta a decisão e está naquela monitorização do Plano de Mobilidade, é fácil ir-se aos documentos que na altura foram produzidos e percebe-se que é assim. Aquilo que foi a necessidade de fazer uma entrada, um acesso à avenida do Cristo Rei de entrada, não só de saída como estava, foi cumprido neste momento, falta o resto e o resto vai ter obras e vai ter obras nomeadamente no alargamento da curvatura daquela saída, por forma a se poder, não é necessário propriamente aquilo que a Sr.<sup>ª</sup> Deputada Odete Alexandre dizia de levantar o pavimento, mas de alargar o raio de curvatura para permitir que esta colisão digamos assim, dos autocarros com maior dimensão com o canal do Metro aconteça. Portanto, é uma questão que já está em Plano e que será objeto de intervenção.

As questões de alteração de estacionamento da D. João de Portugal e da Carvalho Serra que aqui também foram levantadas. Não houve alteração nenhuma de estacionamento, houve impedimentos no passeio que era utilizado indevidamente para estacionamento e esta utilização indevida implicava que o camião do lixo não conseguia lá entrar todas as noites e muitas noites não conseguia lá entrar, obrigando que os nossos trabalhadores tivessem que apanhar o lixo à mão, numa situação que creio também se não estou enganado, veio para cima da mesa nalgum momento, penso que da própria Assembleia Municipal, terá sido levantada nalgum momento e isto não é aceitável, não era aceitável que os nossos trabalhadores andassem numa carrinha de caixa aberta a apanhar o lixo à mão porque não se podia aceder à D. João de Portugal, porque existia um mau estacionamento, um estacionamento em cima do passeio, o que houve foi impedir este estacionamento abusivo e neste momento já se consegue fazer e se conseguiu regularizar a recolha do lixo naquelas artérias da cidade que são como se sabe bastante condicionadas pela sua própria configuração.

Sobre o Plano de Mobilidade. Nado morto. Eu gostava de lembrar e alguns Srs. Deputados que intervieram sobre esta matéria provavelmente não se recordarão, mas nós fizemos, penso que 22, se não estarei em erro, 22 fóruns de participação do



Plano de Mobilidade, e portanto, durante 22 fóruns houve medida a medida quase do Plano de Mobilidade uma apreciação e um envolvimento da população, dos comerciantes, todo esse envolvimento que aqui é solicitado. Aqui convém referir também que o Plano de Mobilidade é um instrumento técnico de suporte de decisões políticas do Município, que concorde-se ou não, mas foram tomadas pelo Município, foram tomadas pela Câmara, foram tomadas pela Assembleia Municipal e que tiveram de encontrar um instrumento que desse as soluções para as decisões políticas que tomámos. Quando tomámos a decisão do Metro no centro da cidade tivemos a noção que tínhamos um corredor que atravessava a cidade num sítio onde ele não existia e portanto houve necessidade de encontrar as soluções alternativas de trânsito. E as soluções alternativas de trânsito foram encontradas num documento técnico feito por técnicos, não foi feito por políticos, mas cujas necessidades foram avaliadas em todos os momentos não só pelos políticos como pelas populações, e foram muitas daquelas soluções encontradas na altura do Plano de Mobilidade replicadas e com sucesso e já vieram inúmeros exemplos desde cruzamentos sobrelevados, etc., etc., já vieram para aqui para cima da mesa também nesta Assembleia Municipal, como exigências a alargar em outros locais do Concelho. Portanto é com isto que temos a fazer, não dizemos que isto é um instrumento imutável, não, ele é mutável, ele já foi objeto de uma revisão que ainda agora acabámos de referir na avenida do Cristo Rei, mas que teve outros impactos, nomeadamente a abertura da zona pedonal no centro da cidade, etc., etc., a zona mista e um outro conjunto de iniciativas que tiveram que ser tomadas de notificação do Plano de Mobilidade e traz alterações todas entendidas para dar resposta, a melhor resposta ao trânsito e ao estacionamento na cidade perante as decisões que tomarmos para a cidade que quisermos que ela seja e essas decisões são políticas, os instrumentos técnicos têm que encontrar as soluções para as decisões políticas que são tomadas.”

**6.2.2.7 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em relação a algumas coisas sobre as quais não poderemos de imediato responder, a questão da sinalização vertical na Herdade da Aroeira, naturalmente que iremos verificar o que é que se passa, há uma norma que é comum a todo o território nacional e portanto onde tenha que ser regularizado o trânsito terá que ser naturalmente respeitado o Código de Estrada e a sinalização tem que estar de acordo



com o Código de Estrada, portanto iremos ver o que é que se passa em relação a isso.

Eficiência energética. Há de facto alguns elementos globais sobre poupança no consumo, a informação geral que nos foi dada mas que poderemos apurar depois com números mais exatos, era que se teria apesar de tudo enfim confortado o aumento do IVA da iluminação pública, com as medidas de poupança, portanto o aumento que houve de IVA conseguiu-se, ou melhor conseguiu-se estabilizar o custo da iluminação pública apesar do aumento do IVA o que é apesar de tudo uma poupança significativa, mas poderemos depois fornecer dados mais detalhados.

Mas em relação à atividade empresarial e à nossa intervenção nessa área. Aquilo que gostávamos de sublinhar é que as nossas Agências, a Novalmadavelha, o Quarteirão das Artes, continuam a trabalhar, continuam a fazer atividade junto daqueles que nos procuram. Tem havido com alguma regularidade instalação de novas empresas naqueles espaços, na medida em que eles estejam disponíveis, e temos em curso um processo de abertura de linhas de colaboração com o Madan Parque no sentido de podermos acolher algumas empresas que não encontrando condições de acolhimento naquele espaço por estar ocupado poderem vir utilizar os da Novalmadavelha ou do Quarteirão da Artes. Houve uma importante iniciativa neste fim de semana, o Festival IN em que Almada esteve representado e posso dizer que de longe do ponto de vista municipal a grande representação naquele Festival que decorreu na FIL, foi de Almada. Portanto, gostaríamos de trazer aqui a Almada aquilo que esteve na FIL e pensamos que podemos até fazer mais do que aquilo que esteve na FIL. Estamos nesse aspeto e se é possível dali extrair algum dado comparativo, enfim temos de facto muita coisa que se está a fazer neste momento em Almada, dentro desta área. Mas, podemos depois fornecer uma informação detalhada sobre estes elementos.

Estamos a intervir no Jardim Urbano da Costa da Caparica, embora a questão seja uma questão muito específica e portanto sobre ela iremos também com certeza, dar uma informação mais detalhada de acordo com a questão que nos foi colocada.

Horários de Equipamentos Culturais, essa matéria é motivo da nossa reflexão, é evidente que as questões relacionadas com o ACEP e com o horário de trabalho das 35 horas, que está associado também aqui tem dificultado um pouco as coisas. Naturalmente que a entrada em vigor do ACEP permitiria que com outra flexibilidade pudéssemos abordar esta matéria do funcionamento destes Equipamentos durante os



períodos de feriados, de fins de semana e das pontes e tolerâncias, etc.. Mas é uma situação que tem sido motivo da nossa reflexão.

Sobre as questões relacionadas com a rua Carvalho Freirinha, de facto também é motivo da nossa atenção, aliás a Sr.<sup>a</sup> Deputada já na anterior reunião tinha levantado esta questão, não tanto na extensão total da rua, mas mais na sua parte inicial, quem começa a partir de Cacilhas. Como imagina é uma intervenção que tem que ser programada e portanto, aliás toda a zona de Almada Velha, as características da sua calçada, portanto e sobretudo naquela zona obedecerá a uma intervenção que exige uma programação de maior dimensão. Não quer dizer que não se façam algumas pequenas obras de reparação, mas em relação àquilo que é necessário qualificar em toda aquela área temos que ter um programa com outro folego.

Temo-lo dito que em alguns aspetos está associado ao plano de obras que os serviços municipalizados terão que realizar naquela área, mas nem todas as ruas estão dependentes desse programa, mas seja como for, fazer as coisas um bocadinho aqui, um bocadinho ali, naturalmente que do ponto de vista da gestão e do preço, são situações muito diferentes.

Sobre a questão do acesso ao Cristo Rei, o Sr. Vereador já se referiu.

Em relação à propriedade que tem uns poços a céu aberto, a Sr.<sup>a</sup> Vereadora vai verificar.

Em relação às questões dos Mercados, já referimos que está em programa. O programa para os Mercados é como diz, há situações de ordem diversa, essa realidade modificou-se muito progressivamente e mais acentuadamente nos últimos anos, portanto não é propriamente matéria que esteja esquecida, antes pelo contrário, necessita é de uma intervenção que não nos leve depois a dar passos em falso, como, enfim, é possível acontecer nestas circunstâncias quando nos precipitamos e podendo estar a fazer o melhor, por vezes as soluções não resultam na medida dos nossos desejos.

Plano de Mobilidade. As questões da mobilidade. Nós temos várias no nosso Município e as nossas zonas de estrangulamento interno são conhecidas. Agora, volto a insistir, os grandes problemas de mobilidade em Almada, e era bom que todos nos centrássemos disso, prendem-se com algumas questões que não têm só a ver com Almada. Olhamos para Lisboa que são os nossos vizinhos do lado e as grandes questões de mobilidade de Lisboa que têm tido aquelas medidas que a comunicação social tem dado notícia, nós também temos cá disso, nós temos no Centro Sul



provavelmente, é nossa intenção medir o CO2 e CO no Centro Sul e vamos ver se vamos fazer a mesma coisa no Centro Sul que a Câmara de Lisboa faz em relação a Lisboa. Se os resultados em relação ao CO e ao CO2 forem aqueles que Lisboa utiliza como argumento para tomar as mesmas medidas em relação ao trânsito. E todos percebemos se fizéssemos a mesma coisa no Centro Sul, criávamos um problema nacional, porque as pessoas não têm acesso à Ponte e não têm acesso a Lisboa. Esse é um problema grande. Problemas grandes de mobilidade, vamos falar dos problemas grandes, não quer dizer que os outros não sejam problemas, não estou a desvalorizar os problemas, mas é preciso que olhemos para as coisas na sua real dimensão. Temos problemas na 377, é conhecido um projeto em relação à 377 e em relação à Charneca. Mas também há medidas e há propostas. Na reunião com o Sr. Secretário de Estado da Infraestrutura foram colocadas duas questões pela qual ele tomou nota e disse que iria tomar conhecimento ou aprofundar. Uma em relação à saída e entrada da autoestrada da A2 na zona entre Almada e o Fogueteiro, que pudesse ser na zona de Amora. O Sr. Secretário de Estado desconhecia sequer que esta questão existisse.

A segunda que também desconhecia que existisse é a questão do apeadeiro de Vale Flores que impediria que uma quantidade muito significativa de carros que têm que chegar ao Pragal ou até que se vão dirigir depois para Lisboa, pudessem ficar nessa zona que até tem lá condições de adaptação, está preparada para que ali exista um apeadeiro e que beneficiaria, serviria uma quantidade enorme de população que se transporta em automóvel naquela zona de Charneca, Sobreda e até uma parte do Seixal que vem daquela área. Portanto, há algumas coisas grandes das quais nós não nos podemos distrair. Agora, temos também que resolver os outros problemas, mas em relação aos outros problemas vamos fazer. Mas também quero dizer que nós não podemos estar a querer ajudar o comércio da zona central de Almada e os serviços e as empresas que estão ali instaladas, por um lado, e estar a fazer ou a tomar medidas que dificultem em demasia o acesso àquela zona. Sabemos que aquela zona não é sustentável no futuro e já o disse noutra ocasião, se por acaso a atividade económica de um País se dinamizar, aquela zona fica afogada de carros, não tenhamos dúvida nenhuma, aquilo não é sustentável. É preciso que todos tenhamos consciência, os que estão aqui agora, os que estejam aqui depois, sejam desta bancada, daquela, da outra ou de qualquer uma daquelas que aqui estão. Se houver atividade económica e se isto crescer um bocadinho, meus amigos aquilo não



aguenta, não tenham dúvida nenhuma. Andam os carros uns em cima dos outros e até andam na linha do Metro, se se mantiver a situação que se tem vindo ali a criar. Volto a dizer não convém fazer demagogia sobre estas coisas, acho que no plano da Assembleia e das Comissões da Assembleia, acho que deve haver espaço para refletir sobre isto e deve haver naturalmente, isso é essencial um diálogo permanente com as pessoas. Agora, para que aquela zona tenha condições de qualidade e acessibilidade se mantenha e o centro de Almada seja o centro digno, acessível e qualificado que todos desejamos, temos que ter alguma ponderação e não fazer uma guerra por tudo e por nada. Era isso que pedia a todos, porque da nossa parte há a vontade de nos irmos aproximando progressivamente por medidas sucessivas daquilo que possa ser mais conveniente, mas é necessário que todos possamos contribuir, nesse aspeto estamos abertos às sugestões, aos pareceres, às críticas porque os erros existem, as oportunidades existem, podem-se perder, podem-se aproveitar, mas com certeza que o fazemos melhor falando uns com os outros e naturalmente sobretudo tendo em conta aquilo que é a opinião também dos nossos Munícipes em relação a estas e outras matérias.

Sobre o Plano de Ação Cultural, depois eu pedia ao Sr. Vereador António Matos, se pudesse dar um pequeno esclarecimento à Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria D'Assis sobre esta matéria.

Dizer de qualquer maneira que em relação à questão do transporte, que essa questão foi-nos colocada por uma Munícipe numa reunião de Câmara e que foi dada indicação aos serviços para quando o veículo avarie se faça um aluguer de um veículo. Que não haja suspensão do serviço, e não posso dizer se está em curso, se já foi feito, mas de qualquer maneira a indicação foi dada. Penso que foi há duas reuniões de Câmara que essa questão foi colocada por um Munícipe, penso que de Pêra, que levantou essa questão e que a indicação que foi dada, até porque por vezes este transporte também serve os residentes em Pêra para transportar para outras áreas. A indicação que está dada é essa, que não haja interrupção de serviço, aluga-se, faz-se um contrato e se houver avaria do veículo haverá outro a funcionar.”

**6.2.2.8** - O Sr. Vereador António Matos, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

De uma forma muito breve, relativamente ao ano de 2014-2015, no que concerne ao Plano de Ação Cultural. Como creio que todos saberão ou quase todos saberão que





constitui um dispositivo de apoio municipal às iniciativas de inovação cultural designadamente aquelas que ultrapassam a área restritamente curricular e situam no plano de atividades expressivas e na ligação da Escola à Comunidade. Para este ano está eminente a apresentação da proposta à sessão de Câmara que contempla as IPSS e as Escolas, portanto para este ano está eminente relativamente, complementarmente ao que indica o Sr. Presidente e pelas informações que nos são transmitidas, é que os incumprimentos em relação aos circuitos que habitualmente as duas carrinhas de Almada Solidária fazem são muito reduzidas e nem há conta, nem damos conta presentemente nos serviços de falhas, por via do que temos combinado com a APPCDM de recorrer a meios alternativos quando por força de avaria nas carrinhas não é possível assegurar o serviço. A este propósito convém no entanto sublinhar que, e disso seguramente todos nos honramos, cidade educadora e Concelho educador e solidário que somos, uma ação percursora já que esta competência continua do ponto de vista legal a ser uma competência da administração central, do ponto de vista local é aquilo que chamamos uma não competência que nós assumimos por competência moral, mas que as coisas estão a funcionar e, é uma absoluta exceção alguma quebra de serviço. São os números que temos. Recorremos a outros meios.”

**6.2.2.9 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente da Câmara permita-me apenas uma observação, para que fique registado, e a observação é esta, eu falei e auscultei a Direção do Santuário do Cristo Rei e a questão que me é transmitida relativamente à avenida do Cristo Rei e o seu entroncamento com a avenida D. Nuno Álvares Pereira é realmente o raio de curvatura. Se aumentar o raio de curvatura resolve-se algo, mas não se resolve completamente. E não resolve completamente porque uma das coisas que as Agências de Viagens se queixam é que as bainhas das viaturas quando passam sobre a lomba que também serve de passagem de peões, batem no chão e ao bater no chão algumas delas e há autocarros cujas bainhas são mais baixas dificultando a manobra e prejudicando o normal fluir do trânsito. Por isso a obra a ser feita não é só o alargamento da curvatura mas é atenuar a lomba que faz o entroncamento com a avenida do Cristo Rei com a avenida D. Nuno Álvares Pereira.”

**6.2.2.10 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Queria só esclarecer duas ou três questões, queria também acompanhar o Sr. Presidente da Câmara na reflexão que fez, mas antes disso queria responder ao Sr. Vereador Rui Jorge Martins.

A proposta que o Partido Socialista trouxe a esta Assembleia para a alteração da curva que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal falou agora e da entrada da avenida do Cristo Rei foi feita por mim e foi entregue pela bancada do Partido Socialista e foi aprovada por unanimidade, e eu sei o que diz a proposta, a proposta é a alteração da curva que sai da avenida do Cristo Rei para a avenida D. Nuno Álvares Pereira e a entrada da avenida D. Nuno Álvares Pereira para a avenida do Cristo Rei. Sei porque é o que está lá escrito. Agora se não há possibilidades técnicas de alterarem a curva, bem eu não sou engenheiro de estradas, não sei. Agora o que me parece muito pertinente é que o Município faça uma intervenção na entrada para a avenida Cristo Rei e se consiga alterar o ângulo da abertura da curva para que os autocarros que são muitos, muitos diariamente e a minha pergunta fica, se um dia houver um acidente grave entre o MST e um autocarro, vamos ver de quem é a responsabilidade. E parece-me que isto é uma questão importante, muito mais do que uma questão política, que é uma questão de segurança na via pública. E como disse aqui há pouco, a semana passada um autocarro espanhol ficou pendurado e teve que ser cortado o trânsito pela polícia na avenida D. Nuno Álvares Pereira. Portanto, era importante que o Município de uma vez por todas resolvesse aquela questão.

Realmente aquilo que o Sr. Presidente da Câmara referiu, eu queria acompanhar, porque o Plano de Mobilidade do nosso Concelho com certeza que não pode ser visto e não pode ser resolvido só aqui, nós estamos integrados numa área metropolitana, com certeza que há que encontrar uma solução dentro daquilo que é a área metropolitana. Há diferentes registos, a questão da Ponte, a questão do acesso à autoestrada com certeza concordo, acompanho, o Partido Socialista acompanha essa reflexão pertinente e parece-me que não há outra solução. Agora, também há aqui uma coisa que me parece que não podemos deixar passar em claro, que é aquilo que nos compete fazer a nós, nós enquanto Município e Concelho. É possível que o Plano de Mobilidade que entrou em vigor em 2007-2008 nunca funcionou, tanto que nunca funcionou que os problemas na rua Bernardo Francisco da Costa, na rua Capitão Leitão, nessas ruas foram todas alteradas, todas. O Plano de Mobilidade que existe e que é possível o Município fazer mais, é possível o Município ter uma



reflexão profunda sobre aquilo que é toda a mobilidade na cidade ao fim de sete ou oito anos, tem que ser feita. Aquilo que compete ao Município e que é possível fazer nós temos que arriscar. E é isso que eu peço, acompanho a sua reflexão, nós estamos aqui para que isto não seja uma questão de demagogia com certeza não fazemos demagogia com estas coisas. A questão importante é o que compete ao Município fazer e é possível fazer, o Município deve fazer. O que está integrado e é possível resolver dentro da Área Metropolitana de Lisboa, vamos resolver todos, temos que resolver.”

**6.2.2.11** - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Maria D’Assis (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É só para dizer que de facto relativamente ao PAC, eu não quero ser maçadora, mas de facto relativamente ao PAC não será para este ano letivo. Nós estamos em finais de abril, não poderá haver uma candidatura na medida em que o PAC tem que funcionar durante o ano letivo. E normalmente uma candidatura que se realiza em finais de novembro/dezembro, quando são já candidaturas tardias, não é de facto em abril. E para dizer de facto que a imprecisão continua porque de facto não é no final do ano letivo que se vai abrir uma candidatura ao PAC.

Relativamente à questão do transporte para crianças com mobilidade reduzida, ainda não foi há muito tempo, como disse, que o autocarro esteve praticamente três semanas sem funcionar e os miúdos sem serem transportados e houve da minha parte até uma exposição à Câmara no sentido de arranjar um transporte alternativo.”

**6.2.2.12** - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Vanda Silva (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Ontem na EB1 José Cardoso Pires, na Costa da Caparica, uma Escola relativamente recente, houve um incidente que se prendeu com uma inundação de um teto que veio a cair. E a minha intervenção aqui é no sentido de questionar a autarquia uma vez que as Escolas do 1º Ciclo são da responsabilidade da autarquia e nessa Escola frequentam desde o Pré-Escolar ao 1º Ciclo cerca de 300 alunos. E o incidente aconteceu num momento em que as crianças estavam no espaço onde aconteceu a queda do telhado, saber o que é que a autarquia, que diligências é que estão a ser tomadas no sentido de equacionar esta problema, porque durante esta semana não haverá aulas na Escola e pensa-se que não haverá aulas tão depressa, e portanto o que nós queríamos saber é que diligências é que estão a ser tomadas e se antes do final do ano letivo se o problema está resolvido ou não.”



**6.2.2.13 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Pedro Matias, em relação às questões que colocou penso que estamos entendidos sobre a questão das alterações na avenida do Cristo Rei e do acesso, o que vamos apurar é se de facto há algum impedimento da parte dos SMAS, se existe algum impedimento na entrada por alguma estrutura de condutas que ali estejam e que possam dificultar que a obra seja feita ou levada até ao fim. Isso é o meu compromisso em relação a essa matéria, vamos apurar, não havendo faz-se o resto da obra como é óbvio.

Em relação à questão do PAC iremos ver com os serviços o que é que exatamente se passa, tendo em conta também a informação dada pelo Sr. Vereador e serão fornecidos os elementos necessários.

Sobre a Escola José Cardoso Pires, a informação que foi dada é que houve uma rutura de uma conduta de incêndio, uma conduta sobre alta pressão e que, enfim, são coisas que naturalmente acontecem, mas infelizmente até aconteceram durante o período letivo. E o que me disseram é que durante 3 dias não haveria condições para que a Escola funcionasse. Há uma infiltração também para a área do refeitório, não só na sala de aula, mas para a área do refeitório. Neste momento de acordo com a informação que tenho, em princípio no dia 4, segunda-feira a Escola estará em condições de receber as crianças para voltar a funcionar. É a informação que tenho, vinda dos serviços da Proteção Civil e dos serviços também que ficaram em fazer as reparações de urgência. Vamos torcer para que assim seja, mas não vejo nenhuma razão para que até ao final do ano letivo esse problema se colocasse. Naturalmente se houvesse só uma situação desse género tinha que se encontrar outro tipo de soluções.”

**6.2.3 - Não havendo mais pedidos de palavra foi dada como apreciada a atividade municipal.**

**6.3 - Entrou-se no ponto 3.2 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 81/XI-2º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 04/03/2015, sobre o “Contrato Programa com a ECALMA - Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação - E.M.”, (Conforme Anexo III).**

**6.3.1 - Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.**

**6.3.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:**



“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É uma repetição de votação, esta matéria já veio aqui Sr. Presidente, tratou-se de uma chamada de atenção do Tribunal de Contas, na medida em que na reunião de Câmara em que foi feita a votação, a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Maria do Carmo e o Sr. Vereador Rui Jorge não poderiam ter votado por exercerem funções no Conselho de Administração, portanto essa votação que aqui foi feita naquelas circunstâncias foi nula e portanto é necessário voltar a repeti-la, nada mais do que isso. Naturalmente é uma situação absurda como imaginam, mas é o que é, resulta daquilo que a Lei nos obriga.”

**6.3.2** - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 81/XI-2º, que foi aprovada por maioria com dezoito votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó), dezasseis votos contra (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD e do CDS-PP) e quatro abstenções (de eleitos do BE, do PAN e Ind.), através da seguinte deliberação:

-----**Deliberação**-----

**A Assembleia Municipal por proposta apresentada pela Câmara Municipal apreciou e aprovou na Terceira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de novembro/dezembro de 2014, realizada no dia 19 de dezembro de 2014, o “Contrato Programa com a Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação”, em consideração do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local consagrado na Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.**

**A deliberação da Assembleia Municipal foi publicitada pelo Edital nº 254/XI-2º/2014-15.**

**Considerando que a votação da proposta no órgão Executivo Municipal teve a discussão e votação sem a consideração da determinação do artigo 44º - Casos de Impedimento - do Código do Procedimento Administrativo.**

**Considerando também que por exigência legal prevista no nº 3, do artigo 5º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, o Contrato em causa deve refletir o número de compromisso, que não era referido.**

**Nestes termos e ao abrigo e para os efeitos da alínea n), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e do nº 5, do artigo 47º, da Lei nº 50/2012,**



de 31 de agosto, alterada pela Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, e considerando que estão sanadas as situações, a Assembleia Municipal de Almada aprova o Contrato Programa da ECALMA - Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação - E.M., ratificado pela Câmara Municipal e a respetiva adenda, nos precisos termos das deliberações camarárias de 04 de março de 2015 e de 01 de abril de 2015.

6.4 - Entrou-se no ponto 3.3 da agenda com a apreciação e votação das Propostas N<sup>os</sup> 82/XI-2<sup>o</sup> e 83/XI-2<sup>o</sup>, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 04/03/2015, sobre o “Relatório de Monitorização do 3<sup>o</sup> Ano da Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples de Almada” e o “Relatório de Monitorização do 3<sup>o</sup> Ano da Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples da Trafaria”, respetivamente, **(Conforme Anexos IV e V)**.

6.4.1 - Para apresentação das referidas Propostas usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.4.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Estamos à disposição de qualquer esclarecimento que os Srs. Deputados queiram colocar sobre estas matérias dado que as propostas devidamente fundamentadas são do conhecimento dos Senhores Deputados Municipais.”

6.4.2 - No debate usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Nuno Matias e a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Maria Amélia Pardal, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

6.4.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em relação a estes Relatórios não é novidade, nós vamos votar favoravelmente, mas dar nota do seguinte, nós entendemos que as ARU foram boas medidas que a Câmara pensou, idealizou e concretizou. Boas medidas do ponto de vista do objetivo, boas medidas do ponto de vista da tentativa de promover o processo de reabilitação urbana, e pensamos nós que é fundamental e é missão da autarquia naquilo que diz respeito à defesa e valorização do seu território sobre a sua jurisdição, que promova este tipo de intervenções e possa criar um conjunto de incentivos à sua concretização. Dito isto, aquilo que se vê nestes Relatórios e aquilo que é o terceiro ano de concretização destas ARU, é um conjunto de resultados que nós percebemos que estão longe de ser aqueles que eram os ideais, já o dissemos anteriormente e eu fiz questão noutros momentos também de o reafirmar, nós estamos a falar por



exemplo em Almada do número de edifícios do perímetro que estão contabilizados na ordem dos quinhentos e cinco, sendo certo que houve apenas doze candidaturas aprovadas. No caso da Trafaria estamos a falar de quatrocentos e sete edifícios do perímetro, apenas com oito candidaturas aprovadas. Estamos a falar de 2% num caso, estamos a falar de sensivelmente também dois qualquer coisa por cento no outro.

Nós percebemos que, e já foi alvo noutras momentos de debate desta questão, nós percebemos que os moradores podem ter dificuldades de acesso a financiamento e crédito bancário, com situações de desistência de candidaturas resultado disso, a Câmara como é óbvio não pode ter responsabilidade em relação a essas matérias, óbvio, mas também se vê aqui e este Relatório demonstra-o bem, que naquilo que foram as candidaturas aprovadas e executadas, por exemplo em Almada estamos a falar num conjunto destas doze candidaturas ou dez, eu agora não sei bem se depois este volume que aqui está diz respeito a alguma que tenha ficado pelo caminho, agora pouco importa, estamos a falar de um investimento dos proprietários de um milhão e seiscentos mil euros a que correspondeu um apoio de reabilitação por parte da autarquia a fundo perdido de oitenta e cinco mil euros. E no caso da Trafaria, de quatrocentos e cinquenta e dois mil de investimento dos proprietários, a que correspondeu uma subvenção de trinta e seis mil euros. Ora, é nosso entendimento e eu acho que isto deve ser discutido e ao fim de três anos deve ser refletido por todos, a ambição do instrumento que é válido é positivo, mas a concretização e até que ponto é que não fará sentido repensar os níveis de apoio camarário a este tipo de intervenções. Estamos a falar de reabilitações que quem conhece aquilo que já foi feito e temos um exemplo mais concreto em Cacilhas na Cândido dos Reis, percebemos que é fator indutor de desenvolvimento daquela artéria. E não é por acaso que a vida que hoje em dia aquela artéria tem resulta também do processo de reabilitação que ali foi feito com o apoio também da Câmara, e há que valorizar isso. Agora a ambição e o nível de concretização está muito aquém daquilo que era desejável por um lado, a Câmara tem meios financeiros para poder ser mais ambiciosa, por outro. Tem sido essa a nossa posição porque entendemos que isso também é uma missão que valoriza o nosso território e valoriza a qualidade de vida dos nossos cidadãos e pensamos nós que ao fim de três anos devia haver espaço para refletirmos e sermos mais ambiciosos. Não deixamos de acompanhar um Relatório que é factual, entendemos que podíamos se calhar ser ainda mais





proactivos para tentar dinamizar estes instrumentos, mas percebemos que há aqui limitações, há limitações que como é óbvio a autarquia não pode acudir, mas outras que a autarquia pode incentivar e pode usar as suas capacidades financeiras para robustecer intervenções que no caso como está visto, estamos a falar de um compto geral de mais de dois milhões de euros de investimento dos proprietários ao qual a autarquia deu um apoio de cerca de cento e vinte mil euros. É positivo, não pomos em causa, mas se calhar podia ser mais e se calhar podia acelerar o processo. Deixamos esta sugestão para reflexão e numa reflexão positiva onde nós também queremos participar, queremos apresentar propostas de melhoramento de um instrumento que volto a dizer é positivo.”

**6.4.2.2 - A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Maria Amélia Pardal:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só algumas notas. Naturalmente que os objetivos que temos para as Áreas de reabilitação Urbana não são obviamente todos aqueles que gostaríamos, isso é uma coisa que vimos a assumir desde o princípio e que no fundamental de facto não depende de nós. Isso era uma coisa que era importante também abordarmos. Naturalmente que o processo de reabilitação é um processo que deve ser a cada momento avaliado, reavaliado, ponderado. Três anos, quatro anos é muito pouco num processo desta natureza, é muito pouco. Dizer que nós conseguimos em quatro anos, nós naturalmente com os proprietários, verificaram investimento privado neste momento muito acima dos quatro milhões de euros no global das várias ARU, muito mais do que em dezenas de anos de outros programas como o RECRIA e o RECRIP. Portanto, estamos a falar de coisas completamente diversas e é importante ter em conta que os processos de reabilitação são complexos, são longos, todos sabemos, e em torno disso vale a pena sermos atentos e sérios na análise e não estou a dizer que não somos, estou a dizer que precisamos de ser todos e que vale a pena de facto avaliarmos estes processos e irmos percebendo a cada momento se devemos introduzir ou não novas medidas.

Sobre as questões do apoio financeiro. Dizer que nós somos o único Concelho do País com ARU e com apoio financeiro municipal, nenhum outro Município apoia financeiramente. E vale a pena dizer, o apoio financeiramente e vale a pena dizer, o apoio financeiro e a avaliação que se faz, deve continuar, é importante que continue. Dizer que não é aquilo que é mais importante para os proprietários. A esmagadora maioria das pessoas que fazem intervenção, aquilo que valorizam no processo de



reabilitação é a desburocratização dos processos, isto é, entre os serviços de qualificação urbana e os serviços de gestão urbanística, o processo muito rapidamente entrar na Câmara e ser resolvido. Este é o aspeto fundamental dos processos de reabilitação. Isto é uma coisa que ouvimos de viva voz pelo acompanhamento que se dá, quer os técnicos, quer eu própria que conheço muita gente nestes processos de reabilitação. Portanto, o mais importante são estes processos entrarem na Câmara e rapidamente terem resposta.

Dizer que a questão do não financiamento pela banca é fundamental, há muitos processos que não chegam sequer à candidatura porque as pessoas avançam para o pedido de financiamento e não o têm. Portanto, há um conjunto de candidaturas que não chegam a ser nem aparecem nos Relatórios das ARU. Era importante também relevar este aspeto. No entanto consideramos que deve ser feito uma avaliação global do que estamos a fazer, como estamos a fazer, que aspetos podemos alterar, nomeadamente pensando também em novas ARU que assumimos como fundamentais desenvolver no Município.”

**6.4.3** - Não havendo pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Propostas N<sup>os</sup> 82/XI-2<sup>o</sup> e 83/XI-2<sup>o</sup>, que foram aprovadas por unanimidade, através das seguintes deliberações:

-----**Deliberação**-----

**Considerando que a Câmara Municipal em cumprimento da Lei n<sup>o</sup> 32/2012, de 14 de agosto, artigo 20<sup>o</sup>-A, n<sup>o</sup> 1, apresenta à consideração da Assembleia Municipal o Relatório de Monitorização de Operação Simples de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples de Almada referente ao terceiro ano de operação de reabilitação em curso.**

**A Lei n<sup>o</sup> 32/2012, aprovou medidas destinadas a agilizar e a dinamizar a reabilitação urbana, procedeu à alteração do Decreto-Lei n<sup>o</sup> 307/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico de reabilitação urbana.**

**O Relatório em apreço dá conta do exercício de gestão da Área de Reabilitação de Almada, evidenciando os processos, resultados, ameaças e potencialidades, sendo de destacar nos aspetos quantitativos:**

- **A existência na área de 505 edifícios**
- **O contato por iniciativa dos serviços municipais de 73 proprietários**
- **A realização de 71 entrevistas com proprietários**
- **A realização de 49 vistorias prévias**



- A existência de 12 candidaturas iniciadas ou concluídas
- As 16 obras aprovadas, estando 10 a decorrer e 6 concluídas
- O investimento de 1.620.750,03 € dos proprietários na reabilitação e da subvenção camarária de 85.955,36 € a fundo perdido
- O total de 50 fogos intervencionados dos quais 18 estavam devolutos

Regista ainda o Relatório que na atual conjuntura, particularmente difícil quer para o sector público quer para o privado dificilmente se poderiam ambicionar melhores resultados, atentos às dificuldades económicas, financeiras e conjunturais.

Dos fatores que mais relevância têm na dificuldade dos proprietários em aderir ao programa, é de destacar três: a quase impossibilidade de recurso ao crédito que quando é viabilizado comporta juros e spreads incomportáveis; a conjuntura económica que se vive no país a que se junta uma menor capacidade de investimento por parte dos proprietários e a incerteza no futuro que gera uma natural retração ao investimento face à expectativa de retorno.

Os aspetos ligados aos incentivos financeiros e fiscais aliados a uma efetiva desburocratização dos processos têm permitido em muitos casos ultrapassar estas dificuldades e são muitas vezes suficientes para interessar os proprietários.

A desburocratização dos processos que permite a aprovação de uma obra muito rapidamente tem-se demonstrado, em muitos casos, o fator determinante para a captação de investimentos.

Assim a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos do nº 1, do artigo 20º-A, aditado ao Decreto-Lei nº 307/09, de 23 de outubro, pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, e da alínea k), do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar:

O Relatório de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana Simples de Almada, relativo ao terceiro ano de vigência, nos precisos termos da deliberação camarária de 4 de março de 2015.

-----Deliberação-----

A criação da ARU da Trafaria, em dezembro de 2011, publicitada pelo Edital nº 33/X-3º, tal como as demais áreas de reabilitação urbana, teve em consideração os objetivos estratégicos inscritos no Plano Diretor Municipal assim como as linhas de orientação definidas pelos órgãos do Município de “incremento da reabilitação urbana” e de “valorização dos núcleos históricos”.



A operação na Trafaria tem como objetivo incentivar a reabilitação dos edifícios que se encontrem degradados ou funcionalmente inadequados, melhorando as condições de habitabilidade e de funcionalidade do parque imobiliário urbano e dos espaços não edificados e garantindo a proteção, promoção e valorização do património cultural.

O Relatório de Monitorização submetido pela Câmara Municipal para a apreciação da Assembleia Municipal é o terceiro relatório da vigência da operação de reabilitação e dá conta do exercício de gestão, evidenciando os processos, resultados, ameaças e potencialidades.

Quanto aos aspetos quantitativos, destaca-se:

- São 407 os edifícios no perímetro da área da operação
- Foram contactados pelos serviços municipais 153 proprietários, realizadas 76 entrevistas com proprietários e realizadas 50 vistorias prévias
- Foram 10 as candidaturas iniciadas ou concluídas, obras aprovadas foram 8, acompanhadas 8 e concluídas 4
- O investimento dos proprietários na reabilitação foi de 452.518,64 € e a subvenção camarária a fundo perdido foi de 36.231,20 €
- Foram 23 o total de fogos intervencionados, 11 dos quais eram fogos devolutos

Afirma o Relatório em nota conclusiva que também na ARU da Trafaria os fatores de maior relevância na dificuldade de adesão dos proprietários ao programa se devem à quase impossibilidade de recurso ao crédito que quando é viabilizado comporta juros e spreads incomportáveis; a conjuntura económica que se vive no país a que se junta uma menor capacidade de investimento por parte dos proprietários, assim como a incerteza no futuro que gera uma natural retração ao investimento face à expectativa de retorno.

Os aspetos ligados aos incentivos financeiros e fiscais aliados a uma efetiva desburocratização dos processos têm permitido em muitos casos ultrapassar estas dificuldades e são muitas vezes suficientes para motivar os proprietários.

A desburocratização dos processos que permite a aprovação de uma obra muito rapidamente tem-se demonstrado, em muitos casos, o fator determinante para a captação de investimentos.

Os incentivos financeiros e fiscais são igualmente uma importante alavanca para a adesão ao programa.



**Assim a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos do nº 1, do artigo 20º-A, aditado ao Decreto-Lei nº 307/09, de 23 de outubro, pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, e da alínea k), do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar:**

**O Relatório de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana Simples da Trafaria, relativo ao terceiro ano de vigência, nos precisos termos da deliberação camarária de 4 de março de 2015.**

**6.5** - Entrou-se no ponto 3.4 da agenda com a apreciação e votação das Propostas Nºs 84/XI-2º e 85/XI-2º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovadas em reunião camarária de 15/04/2015, sobre o “Relatório e Contas do Município, referente ao exercício de 2014” e o “Relatório de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, referente ao exercício de 2014” e considerou o Relatório de Fiscalização e respetivo Parecer e a Certificação Legal das Contas da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, respetivamente, **(Conforme Anexo VI, VII e VIII)**.

**6.5.1** - Para apresentação das referidas Propostas usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

**6.5.1.1** - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O presente Relatório e Conta de Gerência, relativo ao exercício de 2014, primeiro ano do atual mandato, revela a extraordinária dimensão da atividade realizada pela Câmara Municipal de Almada nas suas áreas de competência e responsabilidades próprias.

Uma realidade que se reflete igualmente na elevada execução alcançada ao nível do orçamento municipal, o qual atingiu uma vez mais resultados assinaláveis.

De novo, chegámos ao final do exercício anual com elevados padrões de equilíbrio, saldo positivo, todos os compromissos saldados, sem dívidas vencidas a fornecedores e elevada capacidade de recurso ao crédito.

Ao longo de todo o ano de 2014, continuaram a fazer-se sentir de forma muito presente os efeitos fortemente negativos e penalizadores do quadro macroeconómico geral do País.

Aqueles efeitos foram ainda agravados, no caso específico de Almada, pela manutenção de um clima de incerteza relativamente ao chamado “terminal de contentores” na Trafaria, e à falta de desenvolvimento do processo relacionado com o Arco Ribeirinho Sul e o Projeto “Almada Nascente - Cidade da Água”.



A decisão de liquidação da Sociedade Costa Polis SA, adotada pelo Governo no último dia do ano de 2013, contrariando a vontade expressa de forma inequívoca por todos os órgãos autárquicos do Concelho e outras organizações e instituições sociais, culturais e económicas, constituiu igualmente fator de bloqueio ao Plano de Desenvolvimento Estratégico da Costa da Caparica com penalização da atividade municipal.

Aquela realidade foi particularmente dura no quadro de um ano climatérico que fustigou violentamente toda a área da Costa da Caparica no início do ano de 2014, e que gerou prejuízos avultados em equipamentos públicos e privados.

A ocorrência das intempéries obrigou à mobilização de importantes recursos de socorro à Costa da Caparica, indispensáveis para minorar as consequências dos estragos provocados, e da perda de areia em particular nas praias situadas a norte, numa situação que comprometeu a atividade económica ligada ao turismo e o bem-estar dos cidadãos residentes.

A reposição das areias foi completada já em finais de agosto, representando um prejuízo de dimensão muito apreciável para a época balnear.

A Câmara Municipal de Almada participou ativamente no esforço de minimização das consequências das intempéries, disponibilizando meios e equipamentos municipais de resposta imediata aos danos provocados e desenvolvendo uma campanha específica de promoção turística da Costa da Caparica.

Esta campanha centrou-se em 2014 essencialmente no Festival “O Sol da Caparica”, que se saldou por importante e significativo êxito, traduzido no facto de ter sido considerado o 8º melhor festival de verão realizado naquele ano em Portugal, e o melhor em termos da promoção da música portuguesa.

Ainda por iniciativa da Câmara Municipal, foi lançado o Programa ReDuna, que visa a recuperação e renaturalização da duna de São João, processo que o Município tem vindo a financiar, embora com garantia de reembolso parcial por fundos comunitários dos montantes investidos.

A estrada da Foz do Rego foi igualmente fortemente afetada pelas intempéries, tendo sido necessário proceder ao seu encerramento à circulação automóvel por razões de segurança.

Ligando a Costa da Caparica à Charneca de Caparica, esta estrada serve as necessidades de deslocação dos residentes locais, mas igualmente as de circulação de muitos de milhares de utentes das praias da Costa durante a época balnear.



Também neste caso, a Município de Almada, ultrapassando as suas competências e responsabilidades próprias, se substituiu à Administração Central executando obras no sentido de permitir a sua reabertura, ainda que provisória, no período de verão.

Mantém-se, no entanto, a necessidade imperiosa de realização de obras de outra dimensão da responsabilidade do Governo, de modo a assegurar a utilização permanente daquela importante via de circulação.

Os efeitos da crise, e as consequências das políticas associadas à intervenção da troica no nosso País, fizeram-se igualmente sentir de forma muito intensa ao nível dos recursos próprios da autarquia.

A ofensiva contra a autonomia do Poder Local Democrático e contra a sua capacidade para assumir e responder pelas competências e responsabilidades que lhe estão atribuídas nas leis e na Constituição da República, fez-se sentir fortemente.

Em consequência das limitações impostas à contratação de pessoal na Administração Pública, iniciámos o ano de 2014 com menos 27% do número de trabalhadores essenciais e indispensáveis ao tratamento do espaço público no quadro de pessoal da Câmara Municipal, afetando em particular as atividades relacionadas com a recolha de resíduos sólidos, a limpeza e higiene urbanas, a manutenção da rede viária e arruamentos e a fiscalização municipal.

A este facto, somou-se a redução de verbas transferidas por lei do Orçamento de Estado para o Município, a acrescer a outros cortes que desde há vários anos se têm vindo a verificar. Uma situação, que num contexto de crise com recessão ou estagnação da atividade económica como o que se tem vivido, coloca o equilíbrio e a sustentabilidade financeira dos municípios cada vez mais dependentes dos impostos, designadamente do IMI.

A ofensiva contra o Poder Local Democrático traduziu-se igualmente no plano político e administrativo pela sujeição, a partir das eleições locais realizadas em 2013, a um modelo de organização territorial não conforme às reais necessidades do País e das populações, de que é facto mais evidente a imposição de agregação dos Órgãos Representativos das Freguesias, que em Almada foram reduzidos de 11 para cinco, com claro prejuízo da proximidade às populações e da eficácia da sua atividade, que a celebração de acordos de execução não supera.

Outro elemento revelador desta ofensiva foi, também, o processo resultante da imposição pelo Governo da privatização da Empresa Geral de Fomento.





Através deste processo, o Governo promove a privatização da maioria do capital social dos sistemas multimunicipais responsáveis pelo tratamento dos resíduos sólidos urbanos, no caso de Almada e da Península de Setúbal a AMARSUL, em clara violação dos compromissos anteriormente assumidos e vertidos em documentos legais elaborados à data da constituição daqueles sistemas.

Em relação à gestão da água para consumo humano, embora Almada mantenha uma situação mais protegida graças ao estatuto particular dos seus Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, mantêm-se do mesmo modo as ameaças, traduzidas já na retirada de competências aos Municípios neste domínio, fragilizando por essa via a sua capacidade de defesa da água enquanto bem público.

Destes processos conduzidos pelo Governo no âmbito da gestão da água e dos resíduos, designadamente no que respeita à definição dos tarifários, com redução de competências dos Municípios igualmente nesta matéria, resultam claros prejuízos para as populações confrontadas como aumento das tarifas a que são sujeitas.

Também a frágil situação económica e financeira por que passa uma parte muito substancial das empresas portuguesas, designadamente em resultado da crise, da falta de investimento público e privado e das limitações impostas ao crédito, se refletiu de forma negativa na atividade municipal.

Foram diversas as situações de incumprimento de contratos e compromissos de empresas de obras públicas, mesmo quando resultantes de concursos públicos, obrigando à reabertura de procedimentos e consequentes atrasos na concretização das intervenções, como são os casos mais flagrantes do viaduto que ligará o Parque Urbano do Pragal ao Parque da Paz e das obras do novo edifício sede da Universidade Sénior de Almada.

Do mesmo modo, o Movimento Associativo foi duramente afetado pela situação de crise generalizada, e pelas medidas de austeridade impostas pelo Governo. Importantes estruturas do Movimento Associativo e Instituições Particulares de Solidariedade Social viram-se confrontadas, face a essa realidade, com a necessidade de recurso a medidas de apoio municipal.

Num quadro em que aos Almadenses continuaram a ser impostos enormes sacrifícios - em particular com uma forte taxa de desemprego, designadamente entre os jovens, e a redução dos apoios sociais da competência do Estado -, o Município adotou medidas concretas de apoio em especial aos mais carenciados.



Em 2014, procurámos atender aos casos mais urgentes de apoio às instituições e aos seus projetos, mantivemos uma importante linha de apoio social aos grupos mais vulneráveis da população, e lançámos novos programas, designadamente para as crianças em idade escolar.

Entre dezembro de 2013 e dezembro de 2014 realojámos 120 famílias, foi lançado o Programa “Pasta Escolar”, um apoio municipal às famílias e às crianças que iniciam o seu percurso escolar no 1º ano do 1º ciclo nas escolas da rede pública do Concelho, traduzido na oferta de uma mochila, dos manuais escolares adotados e de diverso material didático, que pretendemos se traduza também num estímulo ao êxito no processo de aprendizagem dos Almadenses mais jovens.

Ao Movimento Associativo e Instituições Particulares de Solidariedade Social foram garantidos apoios superiores a um milhão de euros.

Em 2014 foi desenvolvido um plano de intervenção, e iniciadas as primeiras obras para retirar o fibrocimento de todas as escolas de responsabilidade municipal, obras num valor que ascende a 700 mil euros, apesar do Instituto Nacional Dr. Ricardo Jorge não ter identificado nestas escolas quaisquer riscos daí decorrente para a saúde humana.

Foram integralmente mantidos em 2014 os programas e atividades culturais e desportivas que integram o calendário regular de competições e os diferentes programas municipais de estímulo ao ensino, aprendizagem, lazer e manutenção da condição física, traduzidos em atividades que reuniram no seu conjunto muitas dezenas de milhares de participantes. Foi relançado o programa de dinamização da atividade desportiva do Movimento Associativo “Troféu Almada”.

À Companhia de Dança de Almada e à Academia de Música de Almada, com o apoio da Câmara Municipal, foram oferecidas melhores condições para a sua atividade, tendo a Companhia de Dança passado a desfrutar das condições do Cineteatro da Academia Almadense, e a Academia de Música de Almada de novas instalações no Solar dos Zagallos.

Foi igualmente mantida, e em alguns casos alargada e intensificada, a ampla intervenção municipal no domínio da conservação, proteção e valorização do ambiente urbano e natural do nosso Concelho, num quadro de competência reconhecida a nível nacional e internacional, de que o presente relatório faz eco de forma muito evidente. Foram alcançados progressos assinaláveis ao nível da reabilitação urbana em núcleos



consolidados de diversas Freguesias, e nas AUGI foram aprovados loteamentos envolvendo 268 lotes e 355 fogos.

O equilíbrio das contas municipais permitiu que se continuasse a reduzir a taxa de IMI, e a água para consumo humano fornecida pelos SMAS foi reconhecida pelo segundo ano consecutivo como de qualidade excelente pela entidade reguladora.

Para se dotar dos meios necessários para cumprimento da sua missão de serviço público, mesmo enfrentando o risco de sanções por parte do Governo, a Câmara Municipal lançou um amplo conjunto de processos de contratação de trabalhadores em falta nos serviços municipais, em particular nas áreas operacionais, e utilizou a possibilidade aberta pela mobilidade intercarreiras para satisfazer necessidades em recursos humanos mais qualificados de reconhecida necessidade.

Lançámos, e estamos a concretizar, um programa de melhoria das condições de trabalho e de conforto de muitas centenas de trabalhadores, traduzido na realização de melhorias nas instalações de apoio, em particular as afetas às tarefas operacionais.

O Município prosseguiu também um atento processo de contratualização com entidades externas, prevenindo tanto quanto possível eventuais interrupções de obras em consequência de falências de empresas.

Em 2014, uma vez mais, cumprimos os compromissos que assumimos com os Almadenses.

Neste percurso, a gestão do Município garantiu que em 2014 resistíssemos melhor às dificuldades com que nos confrontamos, e em conjunto déssemos um novo passo no sentido da sustentabilidade do processo de desenvolvimento do nosso Concelho.

Quanto aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento importa referir:

Os SMAS de Almada são a entidade gestora municipal do ciclo urbano da água, considerando todo o percurso desde a captação de água no aquífero até ao tratamento das águas residuais, e ainda das infraestruturas de gestão das pluviais.

Em 2014 o plano de atividades assegurou uma ampla intervenção em todas as áreas de ação, consagrando intervenções de modernização do sistema, de renovação dos equipamentos e procura de maior eficiência e eficácia na ação. Podemos, agora, confirmar uma ampla e expressiva execução das atividades previstas em plano e um significativo investimento financeiro.

Recebemos, pela segunda vez, o selo de qualidade de água exemplar para consumo humano, certificação atribuída pelas entidades do sector, com destaque para a



entidade reguladora e que confirma a excelência da nossa água, fruto do investimento dos últimos anos e do procedimento de segurança e controlo da qualidade exercitados pelo serviço. Efetivamente, com 16 643 análises efetuadas e uma conformidade de 99,96% a água de Almada apresenta-se como um produto de excelência. Foi efetuada a gestão do plano de controlo da qualidade, conforme planeamento aprovado pela entidade reguladora, e prosseguidos os trabalhos do Plano de Segurança da Água, com uma auditoria externa e um plano de ações de melhoria.

Concluimos 2014 com 104 933 contratos ativos o que significa uma perda de 262 contratos, facto que evidencia o abrandamento da atividade económica e as dificuldades das famílias, fruto da conjuntura de recessão e crise social que o País vive nos últimos anos.

Elevámos 15 571 milhares de m<sup>3</sup> de água, o que regista uma perda nos últimos cinco anos da ordem dos 2 milhões de m<sup>3</sup>. Menos consumo, que em parte se justifica por maior consciência no uso deste bem, mas igualmente pela alteração do padrão de consumo, fruto dos problemas sociais das famílias e das dificuldades das entidades.

Os utentes dos serviços voltaram a distinguir os SMAS de Almada no ECSI - Portugal (*European Customer Satisfaction Index - Portugal*) com o 1º lugar entre os serviços municipalizados e o 3º entre as entidades estudadas, neste que é o principal indicador de satisfação do cliente em uso nos serviços de águas. Nesta avaliação os serviços receberam uma pontuação global de 7, 9 em 10, situando-se em todos os indicadores acima da média das entidades do sector.

Registámos, com agrado, a tomada de posição da Assembleia Municipal de Almada sobre o nosso trabalho, o sector da água e do saneamento e os resultados dos serviços, com destaque para as deliberações: “Água, um bem de todos, para todos”, “Qualidade Exemplar de Água para Consumo Humano 2014” e “Prémio Cooperação para a Investigação e Desenvolvimento LNEC/SMAS”.

Implementámos durante o ano ações visando a modernização administrativa ampliando os instrumentos informáticos em uso e visando a redução dos custos e aprofundando a relação *online* com os cidadãos utentes dos serviços, nomeadamente através do atendimento multicanal.

Assegurámos e levámos mais longe o princípio de acesso de todos à água e ao saneamento, enquanto direito humano fundamental, que pretendemos assegurar em especial aos que têm mais dificuldades económicas.



Assim, atribuímos a 1 218 famílias a isenção das tarifas de água e saneamento até aos 5 m<sup>3</sup>, conforme disposto em regulamento municipal, e a 2 207 famílias foram estabelecidos planos de pagamento de acordo com os seus rendimentos. Assegurámos ainda o acesso à água e à recolha de águas residuais a famílias de áreas não consolidadas, por exemplo nas “Terras da Costa”, na Costa de Caparica. Assegurámos uma rede de atendimentos com oitenta mil atendimentos presenciais e registámos 33 mil telefonemas. Gerimos o protocolo com as freguesias garantindo o funcionamento dos onze balcões de atendimento descentralizados a que se junta a Sede e a Loja do Município.

Registámos 37 reclamações por mês, relativas a faturação, o que significa uma redução de 40% relativamente ao ano anterior e um bom indicador de gestão.

Concluimos o ano com 9 006 utentes inscritos nos SMASOnline, 6 882 aderentes com fatura eletrónica e 44 970 com débito direto, um grande contributo para a redução de custos e para a modernização da relação contratual, resultados que são encorajadores para o futuro da desmaterialização dos processos.

Mantivemos a prática de comunicação da interrupção programada do abastecimento, com 48 horas de antecedência, tendo produzido 18 357 comunicados e assegurado a sua distribuição por local de consumo.

Fizemos uma atenta gestão dos recursos humanos, efetuando as mobilidades intercarreiras de diversos trabalhadores com habilitações a que correspondem necessidades dos serviços e, por decisão do Município, promovemos um recrutamento excecional de trabalhadores em especial para as áreas operacionais, recrutamento indispensável ao desenvolvimento da atividade dos piquetes, das estações e das oficinas. Ainda assim, concluimos o ano com 450 trabalhadores, fruto de anos sucessivos de redução do número de trabalhadores por aposentação e resultante das leis nacionais.

Exigimos, em todas as instâncias, incluindo judiciais, a publicação e gestão efetiva dos ACEEP - Acordo Coletivo da Entidade Empregadora Pública - firmados entre o município e os sindicatos representativos, que incompreensivelmente o Governo não tem permitido publicar. Não obstante, e em consequência, resistimos à aplicação das 40 horas e mantivemos as 35 horas de trabalho, em respeito pelos direitos dos trabalhadores e pela autonomia do poder local.



Garantimos o funcionamento regular da subcomissão de higiene e segurança no trabalho, com ampla reflexão sobre medidas e fatores de qualificação das condições laborais.

Avançámos com o Sistema de Gestão Integrado - SGI aprovando e divulgando em toda a organização a sua política, missão e visão e promovendo as ações que permitirão, em breve, a auditoria externa para certificação.

Assegurámos forte envolvimento da comunidade no projeto ambiental Beba Água Torneira - BAT, tendo aderido 77 entidades, promovendo um espetáculo de alunos sobre o tema e uma vasta atividade de sensibilização e divulgação junto das populações.

Promovemos um amplo estudo e caracterização da rede com o desenvolvimento do Controlo Eficiente das Perdas - iPerdas, em parceria com o LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil - e outras entidades do sector. Iniciámos intervenções de monitorização na rede com a criação de ZMC - zonas de medição e controle.

Participámos com entidades universitárias de Portugal, França, Grécia e Itália no projeto europeu Proteus, de incentivo à inovação e ciência, tendo os SMAS de Almada como entidade gestora de referência para conceber e aplicar uma unidade de sensorização, protótipo em estudo, que permita monitorizar algumas características químicas e funcionais consideradas relevantes, quer na rede de água potável, quer na rede de saneamento.

Mantivemos forte presença nas entidades do sector e nas suas comissões especializadas.

Ainda que o país viva uma conjuntura desfavorável, a situação económica e financeira dos SMAS de Almada apresenta grande estabilidade e bons indicadores de referência: 76,00% de independência financeira, solvabilidade de 7,39 e liquidez de 12,29.

O ano de 2014 apresentou-se assim com normalidade e equilíbrio, o que se demonstra por uma receita global de 23 731 247,34 euros, uma despesa global de 25 098 327,51 euros e uma taxa de execução orçamental de 72,77% nas receitas e de 76,96% na despesa.

Investimos 5 797 989,10 euros em obras de modernização do sistema com destaque para a requalificação da ETAR da Quinta da Bomba, a Estação Elevatória do Torrão e obras de requalificação de reservatórios e renovação de redes de água e saneamento.



O resultado do exercício é de 1 144 922,16 euros e o saldo de gerência que transita é de 3 150 386,91 euros.

Foi feita em devido momento a distribuição do documento, esteve presente na reunião da 1ª Comissão da Assembleia, enfim esta à disposição dos Srs. Deputados para as questões que queiram colocar.”

**6.5.2** - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Pedro Matias, Nuno Matias, Joana Mortágua, António Pedro Maco, José Joaquim Leitão e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

**6.5.1** - O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Partido Socialista queria saudar esta retificação, porque é sempre importante termos os dados concretos do orçamento do Município bem definidos, mas em sede de Comissão de Orçamento e Finanças a análise orçamental global que era lá produzida, eu fiquei sempre com essa sensação de que havia um erro relativamente aos compromissos assumidos, como diz aqui no quadro da página 222, compromissos assumidos para futuro. Estamos a falar de quarenta e sete por cento, perto de quarenta e oito milhões de euros. Pelos vistos não existia nenhum lapso, não era nenhum erro de registo, mas sim verdadeiramente. Mas continuamos aqui, eu não consegui ainda aqui apanhar na página 232 mais à frente, o passivo do Município, dívidas curto prazo aumentaram relativamente a 2013, há aqui alguma coisa que não está a bater certo, porque nós temos um compromisso assumido de 47.7 milhões de euros nos próximos anos e o passivo empréstimos de médio longo prazo de locações financeiras e dívidas de curto prazo dá uma soma de 38 milhões de euros, falta aqui 11 milhões de euros, provavelmente será a fornecedoras, não sei. Era importante também que isto ficasse esclarecido e que eu, a Sr.ª técnica que penso que fez isto relativamente a 2013 pôs aqui uma nota de rodapé em que com a alteração contabilística dada o ano passado era de 15 milhões de euros, os compromissos assumidos para futuro, em 2014 são 47, duplicou. Está bem que está aqui a alteração contabilística, mas há um saldo de dívida muito grande que penso que pode comprometer também a solvabilidade e no fundo os investimentos do próprio Município.”

**6.5.2** - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;





Quando olhamos para estes Relatórios de Contas e ao fim ao cabo também de atividade do Município e era sobre esses que me queira centrar, eu acho que em primeiro lugar há que fazer uma reflexão sobre a qualidade dos documentos, aquilo que deve estar retratado e deve ser descrito do ponto de vista de texto, daquilo que deve ser a metodologia de construção não só das atividades, das estratégias, das visões, das propostas, das soluções encontradas no exercício como óbvio a descrição macroeconómica e o contexto em que ela se insere, mas tentar não trazer para um documento que é iminentemente reprodutor de atividade e sistematizador de indicadores do ponto de vista da execução económica financeira, reproduzir aqui na nossa opinião mensagens políticas que não só não acrescentam, como não são factuais. Tive ocasião de transmitir isto na Comissão de Orçamento. Para mim choca-se e choca-me nem é tanto como autarca, nem é tanto como economista, como cidadão que uma autarquia utilize aqui um conjunto de expressões, frases, comunicações que depois não jogam com a realidade factual dos números. Eu digo isto naquilo que é um contexto de enquadramento macroeconómico que é a chamada envolvente externa que a autarquia reproduz na página 221 do seu Relatório de Contas, que eu percebo que do ponto de vista político calhe muito bem dizer que se vive numa crise profunda, mas depois aquilo que se vê é que como é descrito também neste documento o PIB cresceu 0.9, como é óbvio se pudesse ter crescido nove era melhor do que ter crescido só 0.9, mas cresceu.

Fala-se que cresceu apenas por contributo positivo do consumo, mas depois mais à frente fala que também apesar de tudo houve investimento superior e houve formação bruta de capital fixo também positivo. Quer dizer, não faz sentido do ponto de vista do enquadramento macroeconómico dizermos que vivemos numa crise profunda, mas depois estes dados são factuais, mas podiam ser melhores, sem dúvida, mas são positivos. E portanto, eu acho que não faz sentido tentar trazer para este Relatório aquilo que não é do Relatório e num enquadramento estar a afirmar algo que é diferente da realidade factual que por acaso também aqui está. Já o dissemos, não engrandece o Relatório, ainda por cima não é factual e não sendo factual acho que desvirtua também aquilo que é factual e que nós até destacamos como positivo. E que nós podemos começar por destacar como positivo uma preocupação que tem existido ao longo dos anos e infelizmente não é assim em todas as autarquias, independentemente agora das cores políticas, que nem sempre existe a preocupação que em Almada tem existido e isso é bom, de ter um orçamento corrente



superavitário que permita depois alocar verbas para investimento no exercício ao longo dos tempos. Isso é bom. É verdade que no caso de 2014 nós podemos ver que apesar de tudo houve alguma desaceleração do investimento, pode ter a ver com um ciclo, isso é perfeitamente admissível, reposição de saldo de gerência também, é perfeitamente admissível, apesar de entendermos que podia haver ambição na utilização equilibrada deste saldo, mas não pomos em questão que do ponto de vista macro continuamos a ter um orçamento corrente superavitário, capacidade de alocar verba para investimento. Continuamos a ter capacidade de contenção, continuamos, quando digo continuamos, a autarquia obviamente, o Município em geral, do ponto de vista de gestão da despesa corrente. Isso é muito importante, já se falou aqui várias vezes em relação aos desafios que os autarcas, o Município, não só Almada vão ter naquilo que é as novas exigências do ponto de vista de financiamento das autarquias, mas também está visto e era importante deixar esta nota de que ao contrário também daquilo que em parte é dito neste documento, a autarquia não teve consequências do ponto de vista das transferências do Estado naquilo que diz respeito às suas despesas correntes de financiamento. Aquilo que é verdade e ao contrário daquilo que tinha sido anunciado e um alarme que em parte foi despoletado, as transferências do Orçamento do Estado no que ao orçamento corrente diz respeito, até aumentaram, foi ligeiro é verdade, mas até aumentaram. Aquilo que é também verdade é que do ponto de vista das receitas correntes associadas aos impostos e no caso aos impostos diretos, ao contrário também daquilo que poderia ter sido projetado face à preocupação e algum alarme que tinha sido anunciado, aumentaram. Repare-se, ao nível do IMI temos um crescimento cerca de 3.7 milhões de euros, o que significa que é um aumento muito significativo e que até veio em parte dar razão quando nos entendíamos que deveria haver uma margem maior para podermos pensar noutra tipo de taxas, porque era um dos instrumentos que estava à disposição do Município e sem hipotecar aquilo que poderia ser a almofada que o Município cria com este reforço nas receitas do IMI, podia ter sido um reforço mais equilibrado desenvolvendo parte aos cidadãos. Mas ainda assim há reforço no IMI, há um ligeiro reforço na Derrama, há aqui também uma sensação de menor perda do que aquela que seria estimada num imposto municipal sobre transações. E portanto, do lado também da receita verifica-se que não houve nenhuma hecatombe a não ser alguma perda e nós percebemos no contexto de contenção e de ajustamento ao nível do orçamento de capital e das receitas de capital, que em parte o município tinha capacidade e



capacidade de alocar do orçamento corrente para manter o seu nível de investimentos que é positivo. Mas destacamos também aquilo que para nós é também relevante, é do ponto de vista estratégico a capacidade do Município fazer face a indicadores macro da sua situação interna para a sua atuação no terreno. E essa é também a avaliação que nós neste momento devemos fazer face à nossa visão de cidade, do Concelho, daquilo que queremos ser. Aquilo que é o papel da Câmara e aquilo que tem à sua disposição do ponto de vista de instrumentos de atuação para induzir crescimento, para induzir maior qualidade de vida, para ajudar os diversos agentes, sejam culturais, sejam sociais, sejam económicos e empresariais, e nós entendemos que em 2014 a Câmara Municipal de Almada e no Relatório não se vislumbra uma alteração de estratégias, mas também não se induz aqui um conjunto de resultados que entendíamos nós que eram relevantes para, até a capacidade futuramente a Câmara ter outro desafogo financeiro e ter outra diversificação do ponto de vista das receitas. Porque é aqui dito, e tem razão a esse nível este Relatório quando diz que a Câmara está muito dependente por exemplo de receitas como o IMI. Estamos a falar de cerca de vinte e nove quase trinta milhões de euros. O que é uma percentagem muito significativa do orçamento da Câmara. Ora, nós sempre dissemos, isso acontece em Municípios aqui relativamente próximos, porque se calhar têm tido uma visão e alguns não são governados pelo PSD, portanto estou à vontade para o afirmar, tiveram a visão de perceber que a indução de atividade económica também é benéfico para os cofres do Município, é benéfico para a capacidade posterior do Município injetar mais investimento reprodutor de qualidade de vida, de mobilidade, de acessibilidades, de apoio social, mas a montante houve capacidade de criar riqueza nesse Município que foi reprodutor de qualidade de vida nos cidadãos. E dizemos isto porquê? Porque nós vemos o nível de Derrama que por exemplo é cobrado e é arrecadado pelo Município em Almada, estamos a falar de 2.1 milhões de euros, há Municípios com a nossa dimensão aqui bem perto que cobram 5, 6, 7, 8 vezes mais do que isto. E cobram porquê? Porque procuram induzir atividade económica que permite também ter receitas para o Município e permite com isso reproduzir também maior capacidade de investimento do Município nesse mesmo território. E por isso aquilo que dissemos e não foi por acaso que há pouco questioneei também o Sr. Presidente e já o tenho feito noutras Assembleias, a atração da atividade económica é indutora de investimento do Município, é indutora de capacidade de induzir fatores de qualidade de vida na população e não despendendo e não é por nós estarmos ao



lado como outros dizem do grande capital, é porque nós entendemos que as empresas fazem diferença na reprodução de riqueza do nosso território. Fazem diferença como eu disse agora, na questão da Derrama, fazem diferença certamente nos postos de trabalho que criam e na indução de consumo que isso gera, fazem diferença na capacidade que isso pode dar de intervenção no território. E aquilo que entendemos e eu confesso que passou mais um ano e eu não vi nascer um dia do investidor em Almada.

Nós fizemos, PSD, uma visita ao Quarteirão das Artes, uma iniciativa muito positiva da autarquia. Mas estamos a falar de pequenos nichos para microempresas que não fazem a diferença do ponto de vista do tecido empresarial e económico, não fazem em Almada, não diferenciam Almada em relação ao comento da Área Metropolitana, não criam um fator diferenciador de vantagem competitiva para atração de investimentos para o nosso território. Nós temos terrenos à volta de uma cidade do conhecimento como é a FCT, e passou-se mais um ano e nem o Relatório reflete qualquer tipo e ambição a este nível, não existe nenhum calendário pensado para executar a este nível, nós não sabemos e continuamos a não ter números que digam quantas empresas é que entretanto foram criadas em Almada e quantos postos de trabalho foram criados. Bom, já sabemos que no Quarteirão das Artes tem uma boa taxa de ocupação, mas nós que visitámos o Quarteirão das Artes percebemos que estamos ali a falar com alguma simpatia, se calhar de duas dezenas de postos de trabalho. São positivos, ótimo, são positivos. Mas nós podíamos estar a falar de dez vezes, cem vezes mais isto. Se nós conseguirmos induzir para Almada e para os potenciais investidores capacidade de demonstrar que este é um território atrativo para quem possa investir, o que é que nos diferencia por exemplo de Oeiras, Cascais, de Sintra, o que é que nos diferencia para mostrar a um investidor que mais vale investir em Almada do que investir nesses Concelhos. Eu confesso que passou mais um ano e nós não encontramos neste Relatório, mas em nenhum dado oficial da autarquia que demonstre que houve pro-atividade, aliás o Sr. Presidente há pouco em resposta às nossas questões no ponto da informação municipal dizia, “nós temos respondido às solicitações”, pois nós entendemos é que tem que ser ao contrário. No que diz respeito à atração de investimento e criação de riqueza, postos de trabalho, criação de empresas, aquilo que acontece em todo o País é uma competição saudável que deve ser acentuada pelos Municípios, criarem condições para entre si demonstrarem que é neste caso em Almada que vale a pena investir. E essa pró-atividade nós não



vemos. Passou mais um ano e existe um guia do empreendedor, mas devia haver um guia e uma atividade pró-ativa junto dos investidores. Este Relatório não demonstra que isso tenha existido.

Outra questão que para nós era muito relevante, diz respeito ao apoio às atividades tradicionais e comerciais no nosso Concelho. O PSD já tem feito ao longo de muitos anos um conjunto de propostas concretas, seja através do apoio à criação de um fundo imobiliário principal para disponibilizar, para a fixação de lojas âncora em áreas centrais de Almada, passou também pela criação de um conjunto de apoios junto da Associação de comércio, no sentido de criar mais periodicamente um conjunto de eventos que marquem a vida da nossa terra, que marquem aquilo que é a opção dos nossos visitantes e moradores que vejam em Almada um local porque têm um conjunto de eventos que marcando a sua agenda marcam também a sua vivência do nosso território, e aquilo que é verdade é que há os bons exemplos na Costa da Caparica dos Festivais que nós saudamos e temos acompanhado, mas do ponto de vista comercial que ajude a dinamizar a vivência da rua, do espaço público não tem existido com a periodicidade que era merecida, que a autarquia podia promover e pode ser o principal agente dinamizador desta dinâmica em conjunto, neste caso com os comerciantes, mas noutros com o movimento associativo ou com instituições particulares de solidariedade social. Mas em 2014, e olhando para este Relatório, nós também não vemos uma atitude mais pró-ativa e mais indutora de maior vivência da rua e do espaço público como nós temos vindo a defender ao longo dos anos, e entendemos que já era tempo de também refletir sobre as oportunidades que temos estado a perder ao longo destes anos consecutivamente.

Uma outra questão que nós também temos procurado alertar, que é a questão da requalificação dos espaços. Falamos há pouco das ARU que entendemos que são instrumentos de reabilitação muito positivos mas que podem ser robustecidos, mas entendemos que tem que haver uma estratégia mais estruturante da organização do espaço público, daquilo que é também a organização de todo o nosso território e da divulgação das nossas potencialidades, mas também do nosso património natural, do património religioso, do património cultural, verdadeiros roteiros que sejam fontes de informação mas de atração em simultâneo para turistas e passou mais um ano e nós não vemos coisas novas e ambições diferentes a esse nível.

Há pouco falava-se dos acessos ao Cristo Rei, são razões de pormenor a questão da curvatura, eu também não sou engenheiro, mas parece-me a mim que hipotecar com



isso a vinda de centenas de milhares de turistas ao longo do ano para um marco turístico como é o Cristo Rei, acho que demonstra também e bem a necessidade que nós temos de repensar aquilo que temos de potencialidades, como é que as podemos divulgar, aproveitar e tornar mais acessíveis. Que rendimentos é que podemos aproveitar que possam depois ser redistribuídos na qualidade de vida dos nossos cidadãos, e eu confesso, eu olho para este Relatório de 2014 e também não vejo grandes inovações, grandes visões estratégicas sobre estas matérias e do ponto de vista de execução confesso, tirando como digo e volto a destacar os aspetos positivos que marcam Festivais que foram concretizados na Costa da Caparica, mas muito ficou por fazer, muito daquilo que poderiam ser potencialidades a explorar e a investir ficaram por fazer e já são demasiadas oportunidades perdidas que vamos continuando a deixar passar. Porque reparem, não é preciso ir muito longe e no contexto da Área Metropolitana vemos exemplos de vários partidos, portanto não é uma questão partidária, é uma questão de visão que se todos juntos pensássemos e fôssemos mais pró-ativos podíamos criar um conjunto de soluções de organização do nosso espaço, pudessem atrair quem cá está, atrair quem poderia investir, atrair quem gosta de visitar, mas nem sempre tem um incentivo ou porque não conhece, ou porque as acessibilidades nem sempre são as mais eficientes. E confesso que olhar para este Relatório fico com um misto de sentimentos que é o facto de nós termos a convicção que Almada tem potencial para ser mais, tem condições para ser melhor, tem meios para investir e ser diferente e diferenciados. Pode-se entender ser mais pró-ativo ter capacidade de atrair riqueza que se desmultiplique aqui no emprego, na criação de rendimento e na reprodução de riqueza investida no nosso Concelho, mas olhar para estes números macro e ficarmos satisfeitos porque temos que ficar satisfeitos, porque Almada não tem problemas do ponto de vista económico-financeiro, não tem problemas ao nível do endividamento, tem um passivo que é de um valor que não é de somenos, mas que é perfeitamente gerível face ao contexto patrimonial e de capacidade de arrecadação de receita da autarquia. Mas não usar estes instrumentos que estão à nossa disposição, os meios financeiros que podemos mobilizar para desenvolver o nosso território, são oportunidades perdidas, cujos futuros cidadãos e os atuais que hoje em dia gostariam de ter outras qualidades de vida e os futuros que gostariam de receber uma outra terra, nós estamos a desperdiçar ano após ano um conjunto de oportunidades. E por isso pensamos nós, até porque estamos mais ou menos a chegar ao meio do Mandato, penso que ainda vamos a tempo, e pensa o



PSD que tem feito ao longo dos anos uma postura muito séria e muito positiva de apresentação sistemática de propostas, porque nós não vimos aqui apenas dizer que isto está mal, não vimos apenas quando tem que ser para aplaudir não deixa de dar notas para contribuir para sermos ainda melhores. Estamos a chegar ao meio do Mandato e era muito importante que puséssemos a mão à consciência e nestes números macro que nos são apresentados, começássemos a pensar onde é que poderíamos fazer melhor, onde é que poderíamos fazer diferente. Exemplos comparados aqui perto houve quem conseguisse aumentar as receitas municipais e com isso melhorar a capacidade de intervenção da autarquia. Podíamos pôr a mão à consciência e perguntar porque é que há Municípios aqui bem perto que quando alguém ouve falar associa logo um conjunto alargado de eventos, de iniciativas, de ofertas culturais, desportivas, à capacidade de ter um conjunto de empresas de renome e de escala que fazem a diferença e porque é que Almada não tem isso. É porque não tem potencialidade? É porque não está bem localizada? É porque não tem meios de acesso do ponto de vista de transporte, de rede viária? Bom, quer dizer, nós sabemos que isso existe, então porque é que nós não temos? Porque é que nós não temos uma empresa sequer âncora, a não ser e se formos ver as empresas com escala em Almada, bem, quer dizer temos muita dificuldade para além da autarquia, do Hospital Garcia de Orta e muito pouco mais do que isso. E portanto, eu acho que era especial tempo de refletirmos de que de que forma é que podemos voltar a utilizar os meios que a Câmara dispõe para induzir crescimento, riqueza e mais investimento em Almada, porque é daí e a partir daí que Almada pode fazer a diferença e pode realmente ganhar outro futuro, outra dinâmica, marcar mais a vida de quem cá está, mas de quem cá passe e só assim é que faz sentido na nossa opinião a missão autárquica ter outro valor e representar os cidadãos de uma maneira mais criteriosa e exigente. Nós acompanhamos do ponto de vista da execução macro e dos indicadores económico-financeiros, entendemos que ficamos mais pobres, com estes indicadores não somos tão ambiciosos como deveríamos.”

**6.5.3 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Joana Mortágua (BE):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu gostava de deixar uma sugestão em tom de nota prévia pela importância que o documento tem, sem prejuízo das explicações e da apresentação que o Sr. Presidente da Câmara terá dado com certeza na Comissão, sem prejuízo do Regimento e da praxe que costuma ser seguida, sem prejuízo da atenção com que todas as Sr.<sup>as</sup> e





todos os Srs. Deputados e Deputadas certamente dedicaram à leitura e análise do documento, acho que pela sua importância valeria a pena no futuro considerar que o Sr. Presidente pudesse fazer uma breve apresentação do documento também para balizar o debate que aqui temos, para destacar os assuntos que são mais importantes, para fazer alguns esclarecimentos adicionais, acho que isso seria importante para o debate na Assembleia Municipal de um documento desta natureza. E sem ir aprofundadamente à dimensão financeira mas tentando ir pelas questões mais de estratégia e de resposta política, este tipo de documentos são sempre prestações de contas e as prestações de contas não deixam de ser e ainda bem que o são, devem sê-lo um confronto entre os compromissos eleitorais que todos nós assumimos quando nos candidatamos e aquilo que depois defendemos, conseguimos fazer, estejamos nós no Executivo ou na oposição. E como tal num momento de prestação de contas o Bloco de Esquerda não poderia deixar de procurar aqui fazer uma avaliação ao saber qual é a avaliação que é feita dos temas, das questões, dos problemas que levantou com maior veemência, que levantamos com maior veemência durante a campanha e portanto também dos nossos compromissos com os almadenses e as almadenses que votaram em nós. E na campanha nós demos destaque a três grandes questões, três grandes grupos ligados com as questões ligadas à democracia, à democracia participativa. Sabemos que há muito por fazer nessa matéria, acho que deveríamos deixá-la para debate em outras núprias, ligadas às assimetrias há muito por fazer também aí, mas grande parte com a responsabilidade do Governo e portanto acho que também podemos deixar esse debate que é necessário fazer para outro momento, está ligado às questões dos transportes, ao desinvestimento do Governo nos transportes, os serviços públicos, etc., mas também e sobretudo no combate à austeridade e nas respostas que uma autarquia pode dar sobretudo uma autarquia com recursos financeiros que esta tem para servir de tampão, de bloqueio, para melhorar um bocadinho a vida de quem cá vive, de conseguir combater um bocadinho a dureza das medidas do Governo e estancar um bocadinho a dureza da vida das populações. E nós dividimos esse combate à austeridade em dois grandes temas, na altura, os apoios sociais e as questões da habitação.

Em relação aos apoios sociais, é para nós muito importante acompanhar e saber qual é a avaliação e a expectativa que o Executivo tem relativamente ao programa de emergência social, é uma propostas do Bloco, antiga, nós temos vindo a fazê-la



repetidamente, ela tem sido incluída no orçamento com dotações orçamentais, sabemos que ela não foi imediatamente executada por necessidade de regulamentação, parece que tudo isso está em andamento e que portanto estamos em tempo de avançar a todos o vapor com este tipo de medidas. Aquilo que nós gostávamos de saber é precisamente como é que correu até aqui, que expectativa é que há, que tipo de impacto é que um programa desta natureza pode ter na realidade social do Concelho, porque só a partir dessa avaliação é que nós saberemos se vale a pena continuar, se temos que reformular e portanto como é que podemos fazer o debate em torno desta medida. Associada a esta estava também uma resposta imediata às pessoas, aos moradores, às famílias em risco de despejo urgente, portanto por necessidade ou carências sociais, impossibilidade de pagar a renda naquele mês, despejo por falta de pagamento ao banco. Nós sabemos qual é a situação de falta de recursos económicos das famílias para pagar os créditos da habitação, etc., etc.. Também aí qual a avaliação que é feita, que resposta é que tem sido dada, quais são as necessidades.

Em relação à habitação propriamente dita, a vantagem deste documento é dizer-nos o que é que foi feito em termos de reabilitação, recuperação, requalificação do parque habitacional da Câmara. A desvantagem do documento é que ele não nos diz o que é que está por fazer. E acho que isso também é importante. Nós sabemos a dimensão do que foi feito, mas é bom pô-lo em proporção relativamente ao que está por fazer. Uma dimensão disso para nós é importante para fazer uma avaliação concreta do investimento da Câmara nesta matéria. Depois sabemos também que existe uma outra dimensão que é a dos bairros sociais do IHRU, das responsabilidades do Governo, temos acompanhado, saudamos também a Câmara porque tem estado do lado dos moradores na luta contra a nova lei da renda apoiada, ainda ontem debatemos uma Moção sobre essa matéria. Mas há ainda uma outra questão que nós levantámos muito na altura da campanha autárquica que tem a ver com territórios, com comunidades, com bairros em Almada, a que nós chamámos os territórios invisíveis, os bairros abandonados. E a Câmara de Almada tem uma herança grande no esquecimento de algumas comunidades e que este Executivo conseguiu dar uma resposta imediata. Saudamos o realojamento de 120 famílias, mas sabemos que nem todas as situações se resolvem com realojamento imediato, e portanto é preciso alguma estratégia para abordar situações como a das Terras da Costa, como o 2º Torrão ou mesmo numa outra dimensão com outros intervenientes



da Cova do Vapor. E portanto, durante muito tempo a atitude desta Câmara perante essas populações e essas comunidades especialmente fragilizadas do ponto de vista económico e social foi não melhorar uma palha para garantir que aquelas pessoas sabiam que a situação não era permanente. E a verdade é que situação foi ficando permanente e já há pessoas que nasceram e viveram durante décadas naquelas condições sem que houvesse a preocupação de nenhuma entidade pública nacional, autárquica, por parte do Governo de melhorar o que quer que fosse nas suas reivindicações de vida e assim chegamos a ter um bairro como o das Terras da Costa em que vivem centenas de pessoas sem acesso à água, o que é uma coisa inacreditável nos tempos que correm. E portanto, aquilo que nós gostaríamos de saber é se finalmente chegamos à conclusão de que há qualquer coisa que pode ser feita por aquelas populações. Parece-me que sim, parece que é esse o sentido. E que estratégia existe para cada uma destas situações, se não passa pelo realojamento imediato, que tipo de estratégia é que a Câmara vai desenvolver, que respostas é que vai dar, nomeadamente e muito particular em relação às Terras da Costa, nós colocamos a questão da água, sei que houve coisas feitas pelo Executivo nesta matéria. Colocamos também a questão do lixo, o facto de haver muitas pessoas que vão lá despejar entulho que não pertence ao bairro, mas que vai acumulando no único contentor que aquela comunidade tem para despejar o seu próprio lixo, e portanto se houve alguma intervenção também nessa matéria, e se houve alguma ajuda para que aquela comunidade consiga manter o seu bairro dentro das possibilidades que tem limpo e portanto é uma situação que nos preocupa. São várias situações que nos preocupam e gostaríamos de saber que tipo de respostas é que têm sido dadas, e o que é que se espera ainda fazer nos próximos anos até ao final do mandato.”

**6.5.4 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:**

“Srs. Deputados Municipais;

Eu apenas me permitia informar a Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Joana Mortágua que tudo tem uma história. Esta questão da apresentação tem a sua história, o que foi assumido tendo em conta as realidades que se colocavam é que houve determinado período em que a apresentação do documento gastava todo o tempo disponível. Depois havia perguntas e comentários e pedidos de esclarecimento e já não havia tempo da Câmara Municipal para discutir, informar, dar esclarecimentos. E em função disso foi assumido no quadro dos representantes dos grupos municipais até esta data



de que a introdução ao documento ficava em Ata a fim de haver tempo para responder às questões que são colocadas pelos Deputados Municipais, sejam eles da posição ou da oposição. Se calhar o melhor caminho será algum equilíbrio. O tempo nos dirá o que é melhor e o Sr. Presidente da Câmara Municipal certamente considerará o assunto.”

**6.5.5 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O documento que a Câmara Municipal nos trás aqui para debate e votação é mais do mesmo daquilo que tem sido ao longo dos últimos anos.

O mesmo apresenta-nos contas saldadas, sem dívida e com uma boa tesouraria, não obstante as opções e prioridades que o CDS-PP tem vindo a contestar e a denunciar e que este ano pela análise que fez quer ao documento, quer à condução da política municipal no último ano, não será muito diferente, bem antes pelo contrário.

Apesar dos resultados financeiros apresentados no que se refere a 2014, continua a Câmara Municipal em Almada a não conseguir gerar mais valias que possam fazer crescer as receitas que não sejam aquelas que são a maior parte através dos impostos, taxas e penalizações aos munícipes contribuindo desta forma também a Câmara Municipal para a sua quota-parte do empobrecimento que muito gostam de incutir aos governos centrais demonstrando de forma inequívoca a falta de visão estratégica e de desenvolvimento comparando com outros Concelho com as mesmas dimensões muitas das vezes com orçamentos que ficam a anos luz do orçamento em Almada.

Depois de se analisar o Relatório e Contas do ano de 2014, fica-se com a ideia que mais uma vez o Executivo em maioria da CDU apresenta um Relatório, nomeadamente na sua parte teórica, que bem podia ser um copy paste da sua teimosia e discurso que ao longo dos anos nos vem já habituando em responsabilizar os vários governos de todo o mal que acontece no País.

Para a CDU, Partido Comunista na Assembleia da República, nenhum governo é competente, nenhum governo sabe governar.

Cingindo-nos a Almada, e porque é Almada que nos interessa, o passar de culpas para o Governo acompanha implícita e explicitamente todo o documento, como se a Câmara não tivesse qualquer responsabilidade a acatar.

Se não vejamos, se há intempéries, a culpa é do Governo; se não há investimento, a culpa é do Governo; se as lojas fecham, a culpa é do Governo; se há lixo e falta de



limpeza, a culpa é do Governo; se as ruas estão vazias, a culpa é do Governo; se o Trânsito é caótico, a culpa é do Governo; se o Município perde Municípes, de quem é a culpa? Do Governo, e etc., etc....

Ma há mais; se há mais escolas, mais estradas, mais vias e acessos, mais bibliotecas, mais creches, mais investimento, mais segurança, mais viaturas para as forças policiais e bombeiros, mais rendimento, mais apoio aos idosos, mais economia, ai, a culpa, passo a ironia, já é da Câmara de Almada.

Ou seja, quando o cenário é positivo e as coisas correm bem é o poder local em Almada; quando correm mal, mesmo que sob a alçada e da responsabilidade da autarquia, arranja-se sempre um subterfúgio para alegar que a culpa é do Governo.

Tanto é que aqui para a CDU e noutros palcos para o Partido Comunista, já vai sendo difícil arranjar argumentos que consigam justificar o crescimento da atividade económica, mesmo que no presente relatório e contas, a páginas tantas, chegam mesmo a afirmar e a reconhecer que a economia teve um ligeiro crescimento, que o PIB aumentou tal como o poder de compra, não obstante e de forma inacreditável, que este ligeiro crescimento e melhorias da economia só foi possível graças aos diversos acórdãos do Tribunal Constitucional. Fantástico.

As exportações não contribuem para nada; o investimento que tem vindo a ser feito em sectores estratégicos para a economia não interessam para nada; o aumento da confiança nos portugueses não conta para nada; a confiança dos empresários e dos investidores que muito têm contribuído para a criação de postos de trabalho não servem para nada; as medidas e políticas governamentais de apoio ao sector empreendedor e economia também não contam para nada; o apoio às PME's idem aspas, aspas. Ou seja, nada disto é útil, produtivo porque a CDU e o Partido Comunista há 41 anos que não mudam o discurso, seja ele que governo for.

Centrando-nos de novo nas contas do Município vemos que, mais uma vez a grande fatia da receita com cerca de 55% provem de impostos diretos que sobrecarregam os cidadãos. De seguida vêm as transferências do Estado com quase 21% de receita para os cofres da autarquia, cabendo as taxas, multas e outras penalidades em cerca de 2%.

As transferências - Outras, num valor de 3,73%, ao passo que os impostos indiretos acusam um valor de 1,16%.

O restante e para que conste, fica para a venda de bens e prestação de serviços e rendimentos de propriedade com um valor de 14,97% e 1,23% respetivamente.



Já no que diz respeito à despesa no ano de 2014, a fatia destinada ao pessoal com 48,94% e a aquisição de bens e serviços com 37,67% fora aquelas onde gastou mais.

Senhor Presidente, senhores vereadores, senhores deputados,

Apesar de substancialmente as receitas cobrirem as despesas, não quer dizer que se gaste da melhor forma e com o que mais está em falta.

O CDS-PP ao longo dos últimos anos tem alertado para esta situação. Apesar da redução do orçamento, em vez de se gastar melhor e mais acertado, continuamos em Almada a fazer despesa a mais com pessoal, ou pelo menos com pessoal que se podia muito bem diminuir em determinados sectores da estrutura municipal, tal como a despesa com a aquisição de serviços e bens muitas das vezes não da forma mais acertada.

A propaganda e a publicidade mal direcionada e que fica muito aquém e que não consegue traduzir-se em factos concretos ou dividendos para o Concelho, as ofertas, oferendas, homenagens e banquetes que muito custam ao erário municipal para deixar mais alguns exemplos, têm vindo a ser sistemáticos e conduta por parte do Executivo comunista, mas que depois é o mesmo Executivo que às propostas da oposição afirma não ter margem para baixar o IMI, a Derrama ou mesmo devolver uma parte ambiciosa do IRS em favor dos Municípes, que não têm verba para consertar e preservar mais estradas e mais vias de acesso, para o lixo e para a limpeza urbana, para aumentar a pasta escolar em todos os anos nas escolas sob a tutela da autarquia, para mais salas de estudo, para a biblioteca da Costa da Caparica, para a manutenção e aumento dos equipamentos públicos ao serviço da população, para a reabilitação do património histórico, para uma residência universitária municipal para atrair mais jovens e estudantes, para apoiar também como foi proposta do CDS-PP para que o Plano Social de Emergência Municipal possa também apoiar mulheres vítimas de violência doméstica ou apoio jurídico para os mais desfavorecidos que necessitem de recorrer ao mesmo plano, tal como ter sido muito mais ambicioso nos montantes da autarquia disponibilizados para o mesmo, são também alguns do que fica por investir em Almada.

Senhor Presidente da Câmara, as contas estão equilibradas do ponto de vista da balança financeira, é um facto. Contudo, no nosso entender e no entender de muitos municípes, não se gaste bem e de forma equilibrada ficando por concretizar muito do que é verdadeiramente prioritário e necessário.



O CDS-PP perante a persistência da Câmara continuar a gastar o dinheiro dos Múncipes de forma desequilibrada no que respeita às verdadeiras necessidades do Concelho e dos almadenses, tal como continuar a adiar investimentos que sendo da sua responsabilidade não se inibe de continuar a culpar e a responsabilizar terceiros, não vai politicamente acompanhar de forma positiva a votação deste ponto da ordem de trabalhos.”

**6.5.6 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uso da palavra para uma intervenção centrada em aspetos estratégicos deixando o PS para um momento posterior, uma abordagem a aspetos também centrais que têm a ver com o orçamento da Câmara e com a política fiscal adotada pela maioria CDU. Vou referir neste momento um conjunto de aspetos estratégicos que eu penso que são importantes e que ilustram a orientação seguida pela CDU e aquilo que o PS considera que são as insuficiências estratégicas dessa mesma orientação.

Antes de iniciar gostaria de qualquer modo me associar à observação pela Sr.<sup>a</sup> Deputada do Bloco de Esquerda, que referiu que seria conveniente que a discussão fosse enquadrada por uma intervenção inicial do Sr. Presidente da Câmara. Eu concordo com esta opinião da Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal, de facto a dignidade desta discussão não se compadece com uma omissão inicial do primeiro responsável da autarquia. A intervenção do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, penso eu que, foi uma intervenção positiva no sentido de encontrar uma solução mais equilibrada, penso que deve haver um esforço nesse sentido, da parte do PS há disponibilidade para considerar eventualmente a necessidade de uma revisão da atribuição de tempos, mas não nos parece adequado que se inicie a discussão de um documento desta natureza sem uma intervenção do primeiro responsável. Não é o que acontece na generalidade dos casos, não é o que acontece na Assembleia da República, não é o que acontece na maioria das Assembleias Municipais e portanto esta omissão é uma omissão que sendo obviamente matéria da opção do Sr. Presidente da Câmara, de qualquer modo que fique registado que na opinião do PS empobrece o debate e não dignifica o funcionamento da Assembleia Municipal.

Um aspeto já aqui referido noutra ponto da ordem de trabalhos e bastante sublinhado, tem a ver com as dificuldades e as deficiências detetadas no que diz respeito ao ordenamento do trânsito, da circulação e do estacionamento do centro de Almada que tem de facto caracterizado muito negativamente a situação naquele local. A intervenção





há pouco do Sr. Presidente da Câmara penso eu, revela bem até que ponto a situação é negativa e até que ponto também a CDU até tem consciência dessa situação negativa. O Sr. Presidente disse que se houvesse animação económica seria o caos na circulação no centro de Almada, que mais confissão de falência do Plano de Mobilidade poderia existir do que esta que foi aqui produzida pelo Sr. Presidente da Câmara. Eu penso que é claro para toda a gente, é dramaticamente claro para os almadenses, tanto para os almadenses que vivem em Almada e que fazem a sua vida em Almada todos os dias, como aqueles que lá trabalham que o Plano de Mobilidade eventualmente teve pressupostos generosos na altura que foi adotado, mas teve consequências negativas que não são pontuais, não são passíveis de resolução por intervenção num sentido ou noutro do trânsito nesta ou naquela rua, pela abertura desta ou daquela rua, não. O que existe é uma situação muito negativa que corre o risco de considerarem excessiva a adjetivação, mas que é perto de calamitosa e que precisa de uma intervenção global muito profunda. Aliás, a falta de convicção com que a maioria CDU tem feito intervenções nesta matéria é evidente por insistência do PS, mas não só, foram abertas ao trânsito as ruas Fernão Lopes e Luís Queirós. Essa abertura ao trânsito foi positiva, nós não dizemos o contrário. Agora, falta de convicção da Câmara nesta solução parcelar é de tal maneira evidente que não tomam medidas minimamente adequadas para que o ordenamento do estacionamento se processe de forma adequada. Aquelas ruas estão perfeitamente inutilizadas por omissão de intervenção da autarquia na introdução de regras no ordenamento do estacionamento. Portanto, não é matéria que se compadeça com pachos de água morna, é matéria que precisa de ser tratada com profundidade e penso que até na sequência da intervenção do Sr. Presidente da Câmara me atrevo a dizer que eventualmente até pode haver alguma transversalidade neste diagnóstico que aqui fiz. Outra parcela do território e obviamente esta minha intervenção não é uma intervenção que esgote os problemas, obviamente, mas até por infeliz atualidade vale a pena referir uma área de grande omissão da parte da CDU, que é a zona ribeirinha, a zona do Ginjal. A zona do Ginjal há dezenas de anos que está ao abandono, não só não é valorizada, como se tem degradado sistematicamente. A Câmara responde dizendo que não é responsabilidade sua. Aliás, muito recentemente esse argumento é utilizado, não é responsabilidade nossa e aparentemente esta desculpa parece-vos suficiente, mas não é. Porque aquilo que nós vemos no conjunto da Área Metropolitana é que a generalidade dos Municípios valorizaram as suas zonas



ribeirinhas e tiraram partido delas, requalificaram-nas, deram-lhes projeção, utilizaram-nas como elementos de desenvolvimento até económico. Eu estou a pensar por exemplo em Constância, mais a norte, estou a pensar em Vila Franca de Xira, estou a pensar em Lisboa, estou a pensar no Seixal, estou a pensar no Barreiro e em Almada não posso pensar, porque a zona ribeirinha continua ao abandono e a Câmara continua satisfeita com as desculpas que encontrou para a sua inatividade. E portanto esta situação é uma situação que temos de denunciar, e que exige obviamente uma alteração de política importante e urgente.

Outra área, a dos territórios deprimidos. A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal do Bloco de Esquerda já referiu e nós consideramos que bem, a situação em que vivem as populações de zonas como o 2.<sup>o</sup> Torrão, as Terras da Costa, etc.. Esta situação não pode ficar também abafada por disputa de responsabilidade. São situações humanas que são inaceitáveis numa sociedade desenvolvida. Nós não podemos como cidadãos, como dizia o poeta, “nós vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar” e não podemos aceitar que aquelas situações se continuem a verificar. Se há inexistência do fornecimento de água ou se há uma torneira para dezenas e dezenas de famílias a situação de qualquer modo é inaceitável e deve ser denunciada. Juntamos a nossa voz a essa denúncia.

Aspetos relacionados com a educação. Há aspetos positivos que infelizmente não foram desenvolvidos como podiam ser. Por exemplo, a pasta escolar, a pasta escolar foi a concretização parcial de um projeto que o PS também tinha no seu programa. É positivo, e é uma prática a atribuição aos alunos que frequentam o 1.<sup>o</sup> Ciclo a atribuição de livros e material escolar, é uma prática que já consolidada em muitos Municípios nomeadamente Municípios da Área Metropolitana. Na altura em que foi introduzida esta, até do ponto de vista de marketing foi feliz a solução encontrada pela Câmara, a pasta escolar ser uma pasta com o material lá dentro, portanto foi de facto feliz. Na altura questionámos sobre o universo dos destinatários e foi-nos dito que numa primeira fase se dirigia apenas ao primeiro ano do 1.<sup>o</sup> Ciclo de escolaridade e que depois se veria até onde se poderia ir. E neste aspeto aqui fica uma questão que é saber até onde podemos ir e quando? Ficamos só por aí ou podemos alargar este apoio às famílias neste momento de dificuldade aos outros anos do 1.<sup>o</sup> Ciclo de escolaridade? É uma pergunta que aqui fica, se houver resposta obviamente agradeço.



A questão da retirada do fibrocimento das escolas do 1º Ciclo. Nós sabemos que a questão do fibrocimento nas escolas causa alarme social, em grande parte esse alarme social é injustificado do ponto de vista técnico, do ponto de vista dos estudos que há e os profissionais e cidadãos que estão minimamente ao corrente do assunto sabem isso. Agora, também perfilho a opinião que o Sr. Presidente da Câmara expressou sobre esta matéria nas primeiras intervenções que fez sobre ela quando defendeu que no que diz respeito às crianças não há prudência excessiva, e portanto essa é a perspetiva, penso eu, tanto da maioria da Câmara como do PS. Mas sendo a perspetiva da maioria da Câmara era escusado depois nos documentos que apresentam desvalorizar a intervenção dizendo que fazem mas nem sequer era necessário, porque as análises não mostram nenhum tipo de perigosidade. Eu penso que a perspetiva inicialmente adotada pelo Sr. Presidente da Câmara é adequada e é apenas uma questão talvez de terminologia de mensagem, mas a mensagem também é muito importante nas sociedades modernas.

A questão da rede escolar, quando nós discutimos o Plano de Atividades e Orçamento para 2014, na minha intervenção fiz referência à carência de 33 salas de aulas do 1º Ciclo para que as crianças do nosso Concelho pudessem ter aulas em regime normal. Ao longo do tempo fui tentando monitorizar estes aspetos, tive alguma dificuldade, porque os dados não estavam disponíveis. Finalmente nos últimos dias foi disponibilizado no site da autarquia um quadro com dados agregados, embora não todos mas os mesmos que existiam do ano passado e portanto este é um aspeto positivo. É pena é que este aspeto positivo tenha ocorrido sete meses depois do que devia ter acontecido, porque estamos no terceiro período do ano escolar, estes dados são apurados em setembro e portanto foram precisos oito meses para eles serem disponibilizados ao Município, mas foram, é positivo. Para o ano talvez se consiga fazer melhor, é o desafio que aqui fica. Mas estes dados permitem-nos verificar de que modo é que a situação evoluiu ao longo deste ano. E existe algum caminho que nós já nos tínhamos apercebido e que tem a ver com a nova escola da Charneca, que aliás já produzia o efeito anteriormente e com uma iniciativa do Agrupamento Romeu Correia, a que a Câmara deu apoio também. Esse aspeto é positivo no sentido de acolher parte das crianças do 1º Ciclo nas instalações da Escola do 2º e 3º Ciclos. Mas, fazendo as contas, continuamos com um deficit de 22 salas e essas 22 salas não são todas nos locais que a Câmara aponta como sendo deficitárias, porque nós vamos à página 94 e ficamos com a ideia de que a carência de salas no



1º Ciclo se verifica na Charneca de Caparica. De facto na Charneca de Caparica sul há alguma carência de salas, mas não é só na Charneca, existe no Pragal, existe no Feijó, existe no Laranjeiro e sobre este tipo de carências não existe perspectiva de superação a curto prazo. E é isso que está em falta, porque obviamente não se podem fazer milagres. E não há disponibilidade financeira para construir salas em número suficiente de um ano para o outro, embora já aqui nesta Assembleia já de há uns anos para cá vimos debatendo estes assuntos, agora o que falta é uma perspectiva, uma calendarização, porque como nós sabemos há muitas maneiras de resolver o assunto, não é só construir salas, é reafectar espaços por exemplo, como fizeram no Feijó por iniciativa da escola, mas que se pode fazer em Almada e era importante que a Câmara tivesse uma postura mais pró-ativa nessa matéria. E relativamente ao Feijó e ao Laranjeiro e também ao Pragal é preciso que haja uma pista, porque não nos dá satisfação saber que há uma dificuldade em termos de espaço. Quer dizer é preciso saber como é que se vai resolver, ou vamos esperar que diminua a população? Ou dizemos que não é importante o regime normal, que as crianças podem muito bem-estar em regime de desdobramento já que estiveram em regime de desdobramento nos últimos 40 anos. Quer dizer é preciso nós sabermos como é que a Câmara quer resolver este assunto.

Podíamos ficar por aqui até porque penso que hoje já não temos muito mais tempo, retomaremos depois outros aspetos, nomeadamente os fiscais e financeiros, na reunião de amanhã.”

**6.6** - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou da convocação de uma Sessão Extraordinária a realizar no dia 12 de maio de 2015.

**7** - Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na terceira reunião, dia 29 de abril de 2015.

**8** - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as Maria Teodolinda Monteiro Silveira, José Manuel Raposo Gonçalves, António José Pinho Gaspar Neves, Maria Amélia de Jesus Pardal, Francisca Luís Baptista Parreira, António José de Sousa Matos, Vítor Manuel dos Santos Castanheira, Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Francisco Miguel Pereira Cardina e Maria do Carmo Mira Borges.



- 9** - Foi verificada a presença na Reunião do Jornalista, Senhores Sandra Guerreiro e Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP - CMA, e Humberto Lameiras do Cidade Informação Regional; das Srs. Juristas Teresa Canarias e Maria João Gomes de apoio à Presidência da Câmara Municipal de Almada, e de vinte e oito Srs. Munícipes.
- 10** - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.
- 11** - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H45 do dia 29 de abril de 2015.
- 12** - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

A 1ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

A 2ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_